

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 11 dias do mês fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 18:30 horas, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, foi realizada, na plataforma virtual google meet (<https://meet.google.com/got-tbff-snd>), a apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** do(a) graduando(a) Jocielecia Reis de Almeida perante a Banca Avaliadora composta pelos(as) professores(as): Nanci Helena Rebouças Franco e Ivanilda Amado Cardoso, e por mim Edilza Correia Sotero professora-orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso intitulado **"Mulheres negras no mestrado em educação: um espaço de afirmação e desafios"**. Após a apresentação a Banca Avaliadora divulgou os seus pareceres avaliando o referido trabalho monográfico, concluindo que a mesma foi aprovada com média 10,0 (dez). E nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e eu lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos seguintes interessados: orientador(a), orientando(a) e Professores(as) avaliadores(as).

Salvador, 11 de fevereiro de 2025





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

JOCICLECIA REIS DE ALMEIDA

**MULHERES NEGRAS NO MESTRADO EM EDUCAÇÃO: UM
ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO E DESAFIOS**

Salvador
2025

JOCICLECIA REIS DE ALMEIDA

**MULHERES NEGRAS NO MESTRADO EM EDUCAÇÃO: UM
ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação I, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Edilza Correia Sotero

Salvador

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre iluminar os meus caminhos, possibilitando a minha chegada até aqui. Foi um percurso permeado por grandes dificuldades, porém, repleto de significados e muitos aprendizados.

Embora não tenha finalizado o curso como gostaria, devido às circunstâncias da vida, estou muito feliz por mais uma etapa vencida. Foram anos desafiadores e esse final foi o mais difícil e ao mesmo tempo encorajador, mas, enfim, **CONSEGUIMOS!**

Eu não fiz nada sozinha. Agradeço a todos e todas que fizeram parte dessa minha jornada rumo ao conhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional, pois contei com a colaboração de muitas pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente com este processo.

Agradeço à minha orientadora Edilza Correia Sotero por aceitar o meu convite e me ajudar com toda a sua experiência, conhecimento e dedicação. Agradeço à professora Taiane Abreu Machado por me ajudar no desenvolvimento do projeto de pesquisa. Agradeço também aos/as colegas de turma, na qual dividimos momentos de preocupações, mas, sobretudo, compartilhamos conhecimentos e boas risadas. Meus agradecimentos à toda a comunidade FAGED.

Agradeço à minha família e amigos/as pelas contribuições e vibrações positivas para que as coisas dessem certo. Agradeço à Maria Luiza, minha mãe, por me apoiar em cada passo da minha caminhada. Agradeço a Genilson, meu companheiro, com quem pude compartilhar minhas aflições e meus anseios e que prestou todo o seu apoio durante o curso.

Não posso deixar de agradecer à minha ancestralidade e a todas as mulheres que vieram antes, abrindo os caminhos para que pudéssemos escrever uma nova história.

Deixo aqui um agradecimento muito especial para a minha filha Sofia Almeida, que em virtude das necessidades da vida, precisou me acompanhar na faculdade em vários momentos. Muito obrigada “Soso” por fazer parte da minha história. Sei que para você era cansativo às vezes, mas mesmo ainda sendo uma criança, foi compreensiva, generosa e amorosa, me ajudando a superar os desafios. Gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a escrita de mais um capítulo!

Igualdade

Vivemos em um país
democrático? Jamais!
Encontramos no Brasil
divisão de papéis sociais

Mesmo em tempos atuais
a todo momento acontecendo
Discriminação e preconceito
as mulheres vêm sofrendo

Escolher o que queremos
seria a melhor opção
Precisamos resistir
para não aceitar imposição

Não podemos aceitar
em nossa sociedade
Que nos dê a condição
de inferioridade

As barreiras impostas
são problemas sociais
Cercam nossas vidas
e nos tornam desiguais

A luta é constante
no dia a dia continuaremos
Lutando pelos direitos
igualdade é o que queremos (Bis)

(Autoria própria)

ALMEIDA, Jociclecia Reis de. **Mulheres negras no mestrado em educação: um espaço de afirmação e desafios**. 2025. Monografia (Graduação em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar o processo de seleção para o ingresso de mulheres negras no programa de mestrado em educação da Universidade Federal da Bahia, promovendo reflexões sobre a educação de mulheres negras, destacando os múltiplos eixos de opressão que atravessam as suas vidas, como os marcadores sociais de raça, classe e gênero, assim como destacar a necessidade de persistência para superar os desafios e alcançar níveis mais elevados de escolarização, como por exemplo, o ingresso na pós-graduação *strictu sensu*. Por intermédio da pesquisa bibliográfica, buscamos também evidenciar as lutas e as contribuições de mulheres negras para a sociedade, principalmente no que se refere à educação, importante elemento para a transformação social. Ao longo deste trabalho constatamos que as mulheres negras, embora com todas as dificuldades, conseguem atingir níveis mais elevados de escolarização, como por exemplo, acessando os cursos de mestrado, superando obstáculos constituídos historicamente, e se afirmando em novos espaços, possibilitando abertura de novos caminhos. Mesmo diante do enfrentamento de múltiplas formas de opressão, as mulheres negras têm sido protagonistas de novas narrativas, tendo em vista como se constituiu a histórias destas mulheres em nossa sociedade. Por fim, através de análises documentais apresentamos um panorama sobre a seleção para o ingresso no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia e chegamos a conclusão de que mulheres pretas e pardas têm ingressado no PPGE/UFBA através das vagas reservadas, demonstrando a importância das ações afirmativas e das cotas raciais.

Palavra-chave: Mulheres negras. Educação. Mestrado.

ALMEIDA, Jociclecia Reis de. **Black women in the master's degree in education: a space for affirmation and challenges.** 2025. Monograph (Bachelor's Degree in Education) College of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This monograph examines the selection process for the admission of Black women to the master's program in education at the Federal University of Bahia, fostering critical reflections on their educational experiences. It highlights the multiple axes of oppression that shape their trajectories, including race, class, and gender, while emphasizing the persistence required to overcome structural barriers and attain higher levels of education, particularly in postgraduate studies at the *stricto sensu* level. Through bibliographic research, this study also explores the struggles and contributions of Black women to society, with a particular focus on education as a fundamental instrument of social transformation. The findings indicate that, despite systemic challenges, Black women continue to access higher education, including master's programs, by overcoming historically entrenched obstacles and asserting themselves in academic and professional spaces, thereby paving the way for future generations. Even when confronted with intersecting forms of oppression, Black women have actively reshaped dominant narratives, challenging the ways in which their histories have been constructed in society. Finally, through documentary analysis, this study provides an overview of the selection process for the master's program in the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Bahia. The results demonstrate that Black and brown women have gained access to the PPGE/UFBA through reserved seats, underscoring the significance of affirmative action policies and racial quotas in promoting educational equity.

Keywords: Black women. Education. Master's degree.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CARE	Coordenação de Atendimentos e de Registros Estudantis
FACED	Faculdade de Educação
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos
MNUCDR	Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Pessoas Pretas e Pardas
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO.....	20
2.1 MULHERES NEGRAS E SUAS AÇÕES EDUCADORAS.....	27
3 MULHERES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	39
4. DA PRIVAÇÃO DOS ESTUDOS AO PROGRAMA DE MESTRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.....	51
4.1 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (PPGE/UFBA).....	52
4.2 A SELEÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (PPGE/UFBA).....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Ser mulher em nossa sociedade não é fácil, essa é uma condição que traz inúmeros desafios devido à desigualdade de gênero, ao preconceito e às construções sociais patriarcais. São inúmeros os fatores que atravessam a vida das mulheres. Somando-se a isso, ainda temos as questões relacionadas à raça e à classe social, impactando na falta de oportunidades, respeito e dignidade. Ao longo da vida de mulheres negras as trajetórias se tornam mais complexas, sendo experienciadas de forma diversa e singular, e as adversidades se apresentam em diferentes contextos, desde a infância, influenciando no comportamento, no percurso educacional e até na carreira profissional.

Os diversos fatores que interferem na vida da mulher, como por exemplo, a raça, a classe e o gênero, nos remetem ao conceito de interseccionalidade, cunhado por uma advogada, professora e feminista norte-americana chamada Kimberlé Crenshaw, que nos faz entender por que a luta das mulheres não acontece de maneira homogênea. Segundo informações retiradas do site do IBGE, em março de 2024, o rendimento das mulheres em 2022 foi, em média, equivalente a 78,9% do recebido por homens (Cabral, 2024). Essas informações nos mostram a diferença entre homens e mulheres, sem levar em consideração o recorte de raça, que acaba aumentando a disparidade, se compararmos homens brancos e mulheres pretas. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), demonstrou que, no primeiro trimestre de 2023, a remuneração média das mulheres negras no Brasil era de R\$ 1.948, o que equivalia a 48% do que homens brancos ganhavam na média, 62% do que as mulheres brancas recebiam e 80% do que os homens negros ganhavam (Campos, 2023).

Depois de muitos esforços, somente em 4 de julho de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.611 que garante a igualdade salarial entre homens e mulheres com o objetivo de diminuir as desigualdades remuneratórias em ambientes corporativos (BRASIL, 2023). Contudo, notamos que a lei não garante a igualdade para todas as mulheres, pois, há muitas que desenvolvem atividades profissionais fora do círculo compreendido pela lei, além do trabalho informal; muitas vezes essa situação pode ser agravada por questões relacionadas ao nível de instrução, no que se refere à educação.

No que diz respeito à educação, temos uma história marcada por vários entraves em relação à escolarização dos negros no Brasil e consequentemente das mulheres negras, isso desde a época da escravização. Sendo assim, é importante conhecer a situação da educação de mulheres negras e os problemas que giram em torno de suas vidas levando em consideração as suas especificidades.

Escolhi trabalhar com esse tema diante do papel fundamental da educação para o desenvolvimento das pessoas – algo que exige que a educação seja pensada de forma cada vez mais inclusiva, de modo a contribuir para a redução das desigualdades e permitir uma educação de qualidade mais acessível. Isso é válido principalmente quando se trata de pessoas que tiveram esse direito negado por muitos anos, dificultando a total inserção e vivência integral na sociedade.

A proposta deste trabalho é evidenciar que, apesar de todos os desafios enfrentados, é possível demonstrar que o papel desempenhado por mulheres negras tem contribuído para a construção de uma história mais justa na sociedade brasileira, nos inspirando a trilhar novos caminhos, aumentando a representatividade e quebrando estereótipos.

A presença de mulheres negras ocupando diferentes espaços desperta a esperança sobre a condição da mulher em nossa sociedade e nos ajuda a ter consciência das lutas diárias e os enfrentamentos para uma sociedade igualitária. Outro fato importante é que este trabalho contribui para que possamos enxergar a mulher negra em condições melhores e não apenas em condições subalternizadas, pois, mesmo diante das dificuldades, estas mulheres persistem na escrita de novas narrativas ao longo de suas caminhadas.

As dificuldades enfrentadas podem ser vistas desde muito cedo, ainda na infância e na adolescência, que não se dá de maneira igual para todos/as. De acordo com Elkonin¹ (*apud* Leal e Facci, 2014, p.13),

no período da adolescência, a atividade fundamental continua sendo estudar na escola e os adolescentes continuam sendo valorizados pelos adultos por seus êxitos ou fracassos na aprendizagem escolar.

¹ Elkonin, D. Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico em la infancia. In: Davidov, V.; Shuare, M. (Org.). **La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS**: Antologia. Moscou: Editorial Progreso, 1987. P. 104-124.

No entanto, sabemos que a realidade dos/as adolescentes, mesmo frequentando as escolas, apontam para caminhos diferentes.

Embora a educação escolar seja uma presença constante para a maioria dos adolescentes, como evidencia a pesquisa do IBGE, apontando que em 2023, 94,6% das pessoas de 6 a 14 anos estavam frequentando o ensino fundamental, e que a taxa de escolarização dos adolescentes de 15 a 17 anos foi de 91,9% em 2023 e 75,0% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam ou haviam concluído o ensino médio (Britto, 2024); os objetivos em relação aos estudos podem variar consideravelmente devido às diferentes circunstâncias e ambientes em que convivem.

Enquanto alguns adolescentes no ensino médio vivem o dilema da escolha da profissão e do curso de ensino superior que vai realizar, em minha experiência pessoal quando era adolescente, a minha única preocupação estava em ingressar no mundo do trabalho, pois não tinha muitas alternativas. Eu sou uma mulher preta e vivenciei a minha infância e adolescência em um bairro periférico na cidade de Salvador-BA, do qual trago muitas recordações boas, tais como: as interações, as brincadeiras nas ruas e a cooperação. Mas, recordo-me também de situações ruins e das dificuldades encontradas naqueles espaços, muitas vezes esquecidos pelo Estado, no qual vivem pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Não fui “educada” para dar continuidade nos estudos, e ingressar em uma faculdade era algo que parecia ser distante. Soube sobre o vestibular nos anos finais do ensino médio, no colégio estadual que eu estudava. Na época não imaginava que após a graduação seria possível ingressar em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e em outras atividades formativas de extensão universitária.

Filha de mãe e pai que nem sequer concluíram o ensino fundamental, minha vivência foi influenciada pelo entrelaçamento de diversos fatores, criando uma experiência única e complexa, implicando em uma trajetória educacional marcada por diversas dificuldades, mas sempre acreditando no papel transformador da educação.

Entendendo as dificuldades encontradas pelas mulheres negras no que diz respeito ao acesso a uma educação de qualidade, e que impactam no alcance de níveis mais elevados de escolarização, a pesquisa aqui proposta tem como objetivo

geral: analisar o processo de seleção para o ingresso de mulheres negras no programa de mestrado em educação da Universidade Federal da Bahia no período de 2018 a 2023. Já os objetivos específicos são: I) Abordar os desafios das mulheres negras em relação a educação no Brasil; II) Identificar desafios e conquistas de mulheres negras nos programas de mestrado; III) Descrever como ocorre o processo seletivo para o ingresso no programa de mestrado em Educação da UFBA; e IV) Divulgar o perfil das ingressantes no curso de Mestrado em Educação da UFBA.

Diante do meu interesse pelos estudos, das experiências vividas, das pessoas inspiradoras que cruzaram os meus caminhos, de histórias parecidas com as minhas; tudo isso despertou em mim o interesse em realizar uma pesquisa com o tema que gira em torno da educação de mulheres negras, analisando o seu ingresso no mestrado em educação. Sendo assim, este é o problema da pesquisa: Como se deu o processo de seleção para o ingresso de mulheres negras nos programas de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no período de 2018 a 2023? A princípio, esta pesquisa foi pensada para ser desenvolvida de uma outra maneira, sendo considerada a possibilidade de realizar uma pesquisa de campo, além de contemplar o Mestrado Profissional em Educação (MPED) do Programa de Pós-Graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas (PPGCLIP). Contudo, devido ao curto espaço de tempo, a proposta precisou ser adaptada.

A presente pesquisa, de natureza básica e abordagem qualitativa, teve como método científico a fenomenologia, apresentando experiências e vivências e objetivo descritivo, no intuito de apresentar as informações de forma organizada. Já os procedimentos técnicos foram a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando artigos, dissertações, sites, livros, editais, leis e outros. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, utilizamos a concepção de Lakatos, para quem:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema (Lakatos, 2003, p. 158).

Quanto às técnicas utilizadas para o levantamento de dados, no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico que oferecesse embasamento teórico através de pesquisas em fontes secundárias, como por exemplo, as produções acadêmicas. Nessa pesquisa priorizamos usar como referências os trabalhos desenvolvidos por mulheres, evidenciando as suas contribuições no campo acadêmico sobre temas relevantes, bem como ampliando a representatividade das mulheres na pesquisa.

O segundo passo foi a análise documental, tendo como objetivo a interpretação dos documentos, como por exemplo, os editais publicados no período de 2018 a 2023 e demais documentos disponibilizados no site do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia em relação à seleção para o ingresso no mestrado, observando os registros que contribuíram para a pesquisa de acordo com a temática proposta.

Por fim, foi realizada a análise de conteúdo de acordo com as informações coletadas. Essa é uma etapa fundamental para a pesquisa, pois, permite a transformação dos dados em informações que possibilitam criar conclusões sobre o tema pesquisado.

As principais referências para o trabalho foram a tese de doutorado de Ivanilda Amado Cardoso (2020), intitulada “Intelectuais Insurgentes no Campo da Formação de Professores/as”; a Dissertação de Mestrado de Natalia Conceição Viana (2022), com o título “Aprendendo a transgredir: experiências de mulheres negras no acesso a pós-graduação stricto sensu no estado do Rio de Janeiro” e o site do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFBA.

Dividido em cinco seções, essa pesquisa conta com introdução, três seções de desenvolvimento e as considerações finais. A introdução apresenta de forma geral o tema abordado, a justificativa, os objetivos, a metodologia e a relevância do assunto tratado. Na primeira seção, intitulada “Mulheres negras e educação” falaremos sobre a mulher na sociedade, destacando os múltiplos eixos de opressão que acometem as mulheres negras, as suas conquistas e contribuições, sobretudo na educação.

Também abordaremos questões relacionadas à construção de identidade, pertencimento, assim como a desvalorização da estética negra que marca a nossa

infância em muitos espaços e principalmente em ambientes escolares. Quantas de nós, crianças e adolescentes alisamos ou tínhamos o desejo de alisar os cabelos? Eu, uma menina de cabelo crespo, diante de uma sociedade que privilegiava padrões eurocêtricos de beleza, não via a hora de poder transformar os fios de meus cabelos. Possibilitando ir à escola com o tão sonhado “cabelo solto” minimizando os riscos de ser chamada de “cabelo de bombрил”, ou algo parecido. Isso nos faz perceber o quanto uma educação decolonial se faz importante, contribuindo para a valorização da diversidade e o fortalecimento da autoestima.

De acordo com Damascena (2020), a educação decolonial consiste em práticas que possibilitam um pensamento crítico a partir das culturas e saberes subalternizados ao longo da história, sendo necessário produzir conhecimentos outros diante das produções e tendências acadêmicas dominantes. Com isso, é possível agregar diferentes saberes, além de melhorar a forma de produção, compartilhamento e reconhecimento desses saberes.

Na segunda seção, que recebe o título de “Mulheres negras na pós-graduação”, apresentaremos uma reflexão sobre as mulheres negras nos cursos de pós-graduação, os seus enfrentamentos e a superação dos obstáculos, demonstrando que mesmo com as dificuldades que giram em torno de suas vidas elas conseguem acessar esses espaços.

Já na última seção, “Da privação dos estudos ao Programa de Mestrado da Universidade Federal Da Bahia”, analisaremos o cenário e o processo para o ingresso nos programas de mestrado da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) apresentando um panorama sobre o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFBA). Por último apresentaremos as considerações finais, sintetizando os resultados da pesquisa e apontando possibilidades para trabalhos futuros.

Com acesso a uma educação de qualidade, às leituras e aos diversos trabalhos realizados por pessoas comprometidas, torna-se possível compreender as razões por trás dos desafios enfrentados por mulheres negras para alcançar seus objetivos educacionais, assim como se possibilita o conhecimento da história que não foi contada na escola, como por exemplo, em relação a nossa ancestralidade e

ao “descobrimento do Brasil”, contribuindo para fortalecer a nossa identidade e valorizar a cultura negra.

Destaco que o assunto aqui tratado ainda tem muito a ser explorado, essa monografia apresenta apenas um recorte dessa temática de grande relevância social: o ingresso no mestrado em Educação. Pois, a presença de mulheres negras nos programas de mestrado é fundamental para a promoção de igualdade no Brasil, que embora já tenha avançado em relação a implementação de políticas públicas, o ingresso dessas mulheres na pós graduação strictu sensu ainda é um desafio e o fortalecimento desse público nesses espaços contribui significativamente para a transformação cultural das universidades, repercutindo em grandes mudanças sociais. Ao término dessa pesquisa espera-se ajudar a inspirar mulheres a ocuparem novos espaços e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas com o objetivo de promover a equidade e uma sociedade mais justa.

2 MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO

Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

(Ângela Davis, informação verbal²)

No decorrer desta seção, falaremos sobre o que é ser mulher em uma sociedade que discrimina e cria barreiras limitando o seu potencial, destacando os múltiplos eixos de opressão que acometem as mulheres negras e as suas lutas. Também abordaremos as suas conquistas em meio às dificuldades para alcançar seus direitos e espaços, sobretudo na educação, assim como questões relacionadas às suas contribuições, que criaram e criam caminhos e possibilidades para toda a sociedade.

Quando falamos em mulheres, logo lembramos sobre a posição que estas ocupam na sociedade, pois o fato de ser mulher traz consigo uma imagem construída socialmente, cercada por papéis sociais previamente estabelecidos e enraizados em nossa cultura, assim como limitações impostas e características atribuídas às mulheres como algo natural. Sabemos que, historicamente, mulheres em geral tiveram acessos limitados à educação, ao trabalho e aos espaços de atuação política; e hoje ainda continuam lutando por igualdade e reivindicando espaços negados por muitos anos, pleiteando uma sociedade mais justa, beneficiando a população em vários campos de atuação, inclusive na política.

Um exemplo importante sobre as restrições das mulheres em relação à política, é o direito ao voto, que só foi conquistado no Brasil no ano de 1932. Logo em seguida, a jornalista e professora Antonieta de Barros foi eleita a primeira deputada negra do Brasil, no ano de 1934, ela se tornou uma referência nacional por sua atuação na educação e pioneirismo na luta contra a discriminação racial. Com recursos próprios, fundou em 1922 o curso de alfabetização (Cardoso, 2020, p. 98).

² Fala proferida pela autora em palestra realizada na UFBA, e que encontra-se disponível online no YouTube (TV UFBA, 2017).

De acordo com o artigo “Antonieta de Barros e a educação como estratégia antirracista”, de Daiana da Silva e Christiane dos Santos Luciano (2022), Antonieta nasceu em 1901, na cidade de Florianópolis e se tornou a primeira de sua família a concluir os estudos. Em 1921, a sua própria escola particular foi fundada junto com sua irmã Leonor, também professora. A escola era reconhecida pela excelência, o que garantiu a presença de filhos e filhas das camadas mais abastadas, mas também das classes trabalhadoras da cidade. Antonieta de Barros também ingressou no serviço público, lecionando em diversas escolas da cidade, como afirmam Silva e Luciano (2022). Os mesmos autores também nos dizem que

Dentre as pautas levantadas por Antonieta ao longo de toda sua vida destaca-se a defesa da educação, que para ela deveria ser um direito humano (Romão, 2021b)³. Em seu primeiro mandato, foi deputada constituinte e ficou responsável pela elaboração dos capítulos sobre educação, cultura e funcionalismo, que constariam na nova constituição do estado de Santa Catarina. [...] Ainda no âmbito educacional, em seu segundo mandato foi autora da lei estadual que instituiu o dia do professor, em 1948. Apenas em 1963 a data seria oficializada em todo país pelo então presidente da república, João Goulart (Romão, 2021a)⁴ (Silva; Luciano, 2022, p. 291).

Símbolo de grande resistência, Antonieta de Barros, contribuiu significativamente para melhorias, não só no que diz respeito às mulheres negras, mas, para toda a sociedade, em áreas como educação e política.

Contudo, percebe-se que ainda hoje a participação de mulheres na política é bastante limitada. De acordo com a reportagem de 31/10/2024 encontrada no site do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia:

Este ano, a capital baiana elegeu nove vereadoras para a Câmara Legislativa, com um comparecimento às urnas de 1.508.867 eleitores(as). Vale destacar que a Câmara Municipal de Salvador possui 43 vagas para o cargo (TRE-BA, 2024).

³ Romão, Jeruse. Reportagem Especial: julho marca os 120 anos de nascimento de Antonieta de Barros. 15min. TV Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 2021b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cZ24xSJ4kkQ&list=WL&index=33&t=1s&ab_channel=assembleias. Acesso em 07 ago. 2022.

⁴ Romão, Jeruse. Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Editora Cais, 2021a.

Ou seja, menos de 20% das vagas destinadas para o cargo foram ocupadas por mulheres.

Dando continuidade ao nosso trabalho, para desenvolvermos essa pesquisa trabalharemos com o conceito de gênero, pois é amplo e engloba todas as mulheres independente do sexo que lhe foi atribuído em seu nascimento, levando em consideração a sua identidade, o que possibilita contemplar diversas experiências e vivências, assim como a representatividade desse universo feminino. Segundo Lopes (1997, p. 20), foi “no final dos anos 80 que, a princípio timidamente, depois mais amplamente, feministas passaram a utilizar o termo ‘gênero’ no Brasil”.

Segundo Jesus (2012, p. 25), gênero é uma “classificação pessoal e social de pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo”. Já o papel de gênero consiste no

Modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico (Jesus, 2012, p. 26).

Ao longo das nossas vidas nos deparamos com certas ideias, certas imposições, padrões de comportamentos e expectativas associadas ao gênero.

Além do racismo, caracterizado por Gonzalez (1982, p. 94) como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial, o sexismo também se encontra presente nas vidas das mulheres, reforçando a ideia de superioridade de um gênero em relação a outro, normalmente colocando-as como inferiores. Segundo a autora “ser negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (Gonzalez, 1982, p. 97).

Esse tratamento desigual contribui para a manutenção de uma hierarquia na qual os homens possuem maiores privilégios, como por exemplo no campo profissional, desde o acesso a posições de prestígios, como nas desigualdades relacionadas à renda; um problema que percorre décadas e ainda se encontra na atualidade, como podemos ver no trabalho desenvolvido por Lélia Gonzalez em 1984:

No que diz respeito às diferenças de rendimento médio, o Censo de 1980 apresenta-nos os seguintes dados: até 1 salário mínimo, um percentual de 23,4% de homens brancos, 43% de mulheres brancas, 44,4% de homens negros e 68,9% de mulheres negras. De 1 a 3 SM, 42,5% de homens brancos, 38,9% de mulheres brancas, 42,4% de homens negros e 26,7% de mulheres negras. De 3 a 5 SM: 14,6% de homens brancos, 9,5% de mulheres brancas, 8,0% de homens negros e 3,1% de mulheres negras. E, dentre aqueles com rendimentos acima de 10 SM: 8,5% de homens brancos, 2,4% de mulheres brancas, 1,4% de homens negros e 0,3% de mulheres negras (Hasenbalg e Valle Silva)⁵ (Gonzalez, 1984, p. 5).

As dificuldades relacionadas ao gênero são as mais variadas. Agora imaginemos quando juntamos tudo isso às questões relacionadas à raça: um marcador social que exerce grande influência na vida de uma pessoa. A situação fica mais complexa. Gonzalez relata uma experiência sobre isso no movimento de mulheres

nossas experiências com o Movimento de Mulheres, caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não-feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em contas nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. (Gonzalez, 1984, p. 5)

Assim sendo, essa pesquisa é voltada para as mulheres negras, pois as questões vivenciadas por essa comunidade são muito específicas, assim como as suas necessidades que também não são as mesmas para as diferentes mulheres, conforme é possível conhecer através da história do feminismo negro. Segundo Carneiro (2020, p.1):

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico da opressão sobre a mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da

⁵ Hasenbalg, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979; Valle Silva, Nelson. Industrialização, Emprego e Estratificação social no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ - Série Estudos, n.º 23. 1984.

diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Os múltiplos eixos de opressão que acometem as mulheres negras não são totalmente contemplados pelos discursos do movimento feminista, pois, dentre outros aspectos, a história da mulher negra é marcada pela escravidão e pelo racismo, além da objetificação do corpo. Vejamos o que evidencia Carneiro (2020, p.2) quanto às diferenças na trajetória das mulheres negras:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.

Esse texto de Carneiro nos remete à nossa história de vida, ratificando o nosso sentimento de inquietação quando se insiste em colocar as mulheres em situação de inferioridade, incapacidade e como uma pessoa cheia de fragilidades. E quando falamos das mulheres negras, principalmente, onde se encontra essa fragilidade? Conhecemos histórias de mulheres submetidas ao trabalho escravo; testemunhamos diariamente mulheres líderes de famílias, que após uma longa jornada de trabalho cansativa ainda tem que lidar com os afazeres domésticos; observamos mulheres trabalhando nas plantações, nas lavouras, carregando feixes de lenha; assistimos diariamente mulheres que são mães, trabalhadoras, estudantes, filhas, cuidadoras, educadoras - dentre outros elementos que constituem suas identidades - e que carregam consigo grandes responsabilidades, que muitas vezes apresenta uma grande carga emocional e ainda precisam se preocupar com a pressão que a sociedade exerce.

Notadamente, o feminismo negro é de grande relevância para compreendermos as conquistas das mulheres e a importância de discutir sobre a

questão da mulher negra em suas especificidades e assim compreender a complexidade diante das dificuldades encontradas. Como afirma Sotero (2013, p. 35): “O foco do feminismo negro é salientar a diversidade de experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista possíveis de análise de um fenômeno, bem como marcar o lugar de fala de quem a propõe”.

Enquanto o feminismo se caracteriza como um movimento de mulheres que surgiu no final do século XIX, repleto de histórias e reivindicações, o feminismo negro surge como uma resposta contra as limitações impostas pelo movimento feminista e para reivindicar outros fatores que atravessam a vida dessas mulheres e não eram compreendidos pelo movimento feminista. Dentre eles estão o preconceito e a discriminação relacionados à raça, classe e gênero; essas características se encontram mutuamente, aumentando ainda mais a complexidade das barreiras enfrentadas pelas mulheres negras na sociedade. Para entender melhor esse cruzamento de identidade vejamos o conceito de interseccionalidade, segundo Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A interseccionalidade aponta como diferentes formas de discriminação e opressão se entrelaçam, afetando as experiências de vida das pessoas, e não considerando cada identidade ou eixo de opressão de forma isolada, pois, diminui a compreensão da realidade. Com o aporte da interseccionalidade conseguimos entender a especificidade de ser mulher negra e os seus enfrentamentos.

Por muito tempo as mulheres foram invisibilizadas, principalmente as mulheres negras, que sofrem com o preconceito de gênero e simultaneamente com o racismo. Na educação escolar, por exemplo, pouco ouvimos ou não ouvimos falar sobre a presença, as grandes contribuições e a importância dessas mulheres nas

lutas. Alguns nomes, dentre tantas outras mulheres que fazem parte da história do nosso país, merecem destaque: Maria Firmina, primeira romancista brasileira; Dandara dos Palmares, uma liderança feminina que lutou contra os colonizadores e Maria Filipa, responsável por liderar um grupo de mulheres que ajudou a derrotar os portugueses na Bahia. Recentemente uma praça de Salvador, localizada no bairro do Comércio teve o seu nome alterado para Praça Maria Felipa, como forma de reconhecimento de uma heroína.

Levando em consideração o seu pioneirismo, a seguir relato um pouco sobre a atuação de Maria Firmina dos Reis na educação. De acordo com o artigo escrito por Priscila Lemos Lira (2022), Maria Firmina nasceu na Ilha de São Luís, capital do Maranhão, em 11 de março de 1822. Em 1847, aos 25 anos de idade, foi aprovada em concurso público para a Cadeira de Instrução Primária, da Vila de Guimarães, primeira mulher professora aprovada para esse cargo efetivo no magistério na província maranhense. Uma conquista grandiosa por uma mulher negra, 41 anos antes da abolição da escravatura, filha de mãe ex-escravizada, para um cargo efetivo na área da educação, em um contexto em que a maior parte da população do país sequer era alfabetizada, as mulheres menos ainda, pois eram educadas para serem reprodutoras, obedientes e do lar. Além disso, o seu primeiro romance publicado, “Úrsula”, foi o primeiro romance brasileiro publicado por uma mulher e também o primeiro romance brasileiro escrito por uma autora negra (Lira, 2022, p. 299).

Isso nos faz refletir o quanto foi desafiador para Maria Firmina, uma mulher negra naquele tempo, diante de todo o contexto em sua volta, principalmente no que diz respeito à educação, um dos pilares principais para a emancipação social, contudo ela não parou por aí. O trecho a seguir, retirado do artigo de Lira, mostra a continuidade e dedicação à educação:

Em 1880, aos 58 anos de idade, foi aprovada em primeiro lugar em História da Educação Brasileira, o equivalente ao título de Mestra Régia. Neste período, funda, no vilarejo de Maçaricó, em Guimarães (MA), a primeira escola de turma mista e gratuita (Silva, 2017)⁶, ensinando filhas e filhos de

⁶ SILVA, Régia Agostinho da. A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em

lavradores e dos proprietários de terras, uma empreitada ousada para a época. A ideia de equidade de gênero, do acesso igualitário de educação entre meninas e meninos na mesma sala de aula “escandalizou os círculos locais de Maçaricó [...] e, por isso a professora foi obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio” (Menezes, 1978, p. 570)⁷, mas demonstra o seu comprometimento com a educação, não se submetendo e muito menos se conformando com a ordem patriarcal e racista predominantes (2022, p. 299).

Quando analisamos a trajetória de Maria Firmina e de outras mulheres negras, percebemos que não se trata apenas de conquistas individuais, mas de transformações que impactam a sociedade. Esse processo ocorre na medida em que há um compromisso com a educação, contribuindo para a construção do país e abrindo caminhos para as gerações futuras.

2.1 Mulheres negras e suas ações educadoras

Ao longo da história brasileira, as contribuições de mulheres negras para a educação são inúmeras, compreendendo desde a luta por acesso a uma educação de qualidade, até a implementação de práticas educacionais inovadoras. A seguir, evidenciamos alguns nomes, como exemplo podemos citar: Lelia Gonzalez, importante ativista na educação antirracista; Sueli Carneiro, que tem contribuído significativamente para os estudos de raça e gênero; Nilma Lino Gomes, que traz representatividade na educação antirracista e inclusiva; Carolina Maria de Jesus, que em seu livro “Quarto de despejo” conta sobre sua vivência na favela; e Conceição Evaristo, uma importante escritora brasileira que criou o conceito de *escrevivência*, para designar a forma como ela compartilha as suas experiências e vivências através da escrita.

Em sua tese de doutorado, Ivanilda Amado Cardoso “que carrega as marcas de ser negra, nordestina, pobre e estudante de uma universidade do sudeste do Brasil” (Cardoso, 2020, p.73), apresenta uma pesquisa sobre intelectuais

História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Obs: embora Lira cite Silva com o ano 2017, nas referências consta o ano 2013, que é o ano real de publicação do trabalho.

⁷ MENEZES, Raimundo de. Dicionário literário brasileiro. 2ª ed. (revisada, aumentada e atualizada). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978 [1969].

insurgentes que contribuíram para o campo de formação de professores. A autora explica sua pesquisa da seguinte forma:

Apresento as vozes das intelectuais insurgentes Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Vanda Machado, Ana Célia da Silva e Joyce King, com intencionalidade de representar e evidenciar as histórias de professoras negras fazendo suas vozes e práticas ecoarem neste trabalho (Cardoso, 2020, p.42).

A seguir, apresento alguns recortes da pesquisa realizada por Ivanilda Cardoso sobre as intelectuais brasileiras e as suas contribuições no campo da educação, obedecendo à ordem listada acima, sendo a primeira delas a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. A excelência e comprometimento da professora Petronilha no campo da educação foi reconhecida pelo movimento negro brasileiro, que a escolheu como um nome fundamental para ocupar a vaga no Conselho Nacional de Educação, em 2002. Como conselheira, foi porta-voz das demandas da população negra na educação. Para levar propostas sistematizadas ao CNE articulou-se estrategicamente com outros/as pesquisadores/as que atuavam em Brasília. A aprovação da Lei n. 10.639/03 exigiu do CNE a elaboração de regulamentações para a implementação da Lei, e a atuação e presença da professora Petronilha foi fundamental na escuta e tradução das demandas educacionais (Cardoso, p. 197, 2020).

A professora Maria de Lourdes Siqueira, também possui uma belíssima trajetória. Segundo Cardoso (2020, p. 158):

A riqueza da trajetória e a vasta produção bibliográfica e audiovisual produzida por Siqueira estão registrados nas Bibliotecas e Websites, e são conteúdos fundamentais para a Educação Brasileira, para o campo da formação de professores, bem como para a promoção de políticas de ações afirmativas, valorização e respeito à religiosidade africana no Brasil e metodologia de trabalho científico.

Desde 1995, a professora Maria de Lourdes Siqueira produz o material didático para a escola Mãe Hilda, com base nos temas selecionados para o carnaval do Ilê Aiyê, e esses são os “Cadernos de Educação”, do Ilê Aiyê (Cardoso, 2020). Além disso, Lourdinha, como é conhecida, foi orientadora de uma geração de pesquisadoras e pesquisadores da Educação, entre elas a atual diretora da

Faculdade de Educação (FACED) da UFBA, a professora Nanci Helena Rebouças Franco.

Sobre a professora Vanda Machado, vejamos o que diz a pesquisa de Cardoso (2020, p. 186):

Como experiência na Educação de crianças, registra-se em seu currículo a atuação na Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP), no período entre 1972 e 1982. Na Educação Superior, Vanda Machado atuou como professora convidada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na qual ministrou as disciplinas de História e Cultura Afro-brasileira, Ensino-Aprendizagem/Especialidade: Educação e Cultura Afro-Brasileira, Currículo e Teologia Prática. A atuação profissional de Machado foi centrada na Educação Básica. Atuou como professora formadora na Secretaria Executiva de Educação do Estado de Alagoas (SEAL), no período entre 2004 e 2006, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador (SMEC), no período entre 1995 e 2003, e foi assessora na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT).

Ana Célia da Silva é uma referência na educação das relações raciais. Vejamos o que diz a pesquisa de Cardoso (2020, p. 181) sobre a autora:

No campo acadêmico, Ana Célia da Silva é reconhecida como pesquisadora precursora na análise sobre a discriminação do negro no livro didático, e em nossa análise, os resultados da sua pesquisa não enunciam apenas conceitos do campo das relações raciais; seu trabalho também tem relevância na problematização sobre o currículo oficial, o mercado editorial, bem como a formação racista de ilustradores e escritores brasileiros, e principalmente os impactos desses diferentes fatores na formação de professores.

É importante destacar que das professoras citadas acima, três delas tiveram passagem pela pós-graduação da UFBA. Ana Célia da Silva cursou o mestrado e o doutorado em educação (Silva, 2017). A professora Maria de Lourdes Siqueira (2024) já ensinou no programa de pós-graduação e, embora tenha atuado na Faculdade de Administração, foi orientadora de vários pesquisadores interessados na questão racial e educação, a exemplo da professora Nanci Franco na Faculdade de Educação, atual diretora da Faculdade de Educação. A professora Vanda Machado (2019) também realizou o mestrado e o doutorado em educação.⁸

⁸ Estas informações foram encontradas nos respectivos currículos *lattes* das autoras.

E se tratando de mulheres negras que contribuem para a educação, não podemos esquecer das professoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como por exemplo a professora Edilza Correia Sotero que, dentre outros, ministra o componente curricular “Educação gênero e sexualidade”, contribuindo para a formação de pedagogos e pedagogas. A professora Edilza, de acordo com informações do seu currículo *lattes*:

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2006), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2010) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2015). Realizou Pós-Doutorado na Brown University (2015-2016). Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Educação I da Universidade Federal da Bahia. É pesquisadora do Programa A Cor da Bahia - Programa de Pesquisa e Formação sobre Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em estudos da diáspora africana, estudos afrobrasileiros e de gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: identidades raciais, organização política, desigualdades e políticas públicas (Sotero, 2024).

Há pouco tempo, na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia tivemos a primeira mulher negra para ocupar o cargo de direção: a professora Nanci Helena Rebouças Franco, que tomou posse em 27 de fevereiro de 2023, depois de decorrido mais de 50 anos de existência da FACED. De acordo com as informações extraídas do seu currículo *lattes*, a professora Nanci Franco

Possui Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990), Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992), Especialização em Docência para o Ensino Superior pela Fundação Visconde de Cairu (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2000) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2008). Realizou Pós-Doutorado em Sociologia da Educação pela Universidade do Minho, Portugal (2016-2017). Atualmente é Professora Associada do Departamento 1 da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). [...] Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Relações Étnico-Raciais e Pesquisa em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de Professores, Relações Raciais e Políticas Públicas, Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, Identidade Étnico-Racial (Franco, 2023).

Essas mulheres e tantas outras, desafiaram e enfrentaram as estruturas de poder, buscando a justiça social, mudanças nas políticas públicas, na educação e na sociedade como um todo, além de exercer um papel fundamental na construção de novas histórias, desestruturando as narrativas dominantes e possibilitando o acesso a novos conhecimentos.

Quando busca-se conhecer a história de um ponto de vista diferente daquelas que foram contadas, percebe-se que muitas narrativas foram ocultadas, o que ajuda a compreender o preconceito e as limitações impostas por um ponto de vista eurocêntrico. Foram longos períodos ouvindo essas histórias contadas pela metade e que muitas vezes se acreditava naquilo que era transmitido. Em seu livro, “O perigo da história única”, Chimamanda Ngozi fala sobre sua experiência de iniciação na literatura e como ela enxergava diante das histórias que lia.

Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Mas tudo mudou quando descobri os livros africanos. [...] Percebi que pessoas como eu, meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia. Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertaram a minha imaginação. Abriram mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritos africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros (Ngozi, 2019, p. 9).

Esse relato nos faz perceber como a falta de representatividade pode acabar interferindo em nossas vidas e em nossos caminhos; essa falta de representatividade faz com que não consigamos nos perceber em determinados lugares, não consigamos nos imaginar em certos ambientes, ocupando uma determinada profissão ou ocupando uma vaga em uma universidade, seja na graduação ou nos programas de pós-graduação.

Hoje, devido às contribuições de autoras e autores que se propuseram a escrever e pesquisar, conhecemos outras narrativas, como por exemplo, sobre a história do nosso país e o seu “descobrimento”; sobre as histórias que giram em torno das mulheres e sobre as histórias equivocadas que eram contadas sobre as

peessoas negras, como por exemplo, a sua incapacidade intelectual, o que sabemos que se trata de uma grande falácia racista e preconceituosa.

Esses e outros relatos trazem prejuízos até os dias atuais, distorcendo a realidade e disseminando a discriminação e a injustiça, implicando muitas vezes na questão do reconhecimento, do pertencimento e da aceitação enquanto mulher negra. Ainda nos dias atuais, ouvimos discursos de pessoas com dificuldades de se perceber enquanto negras e negros.

Para muitas mulheres negras, se reconhecer enquanto uma pessoa negra talvez não tenha sido uma tarefa fácil, por diversas razões. A falta de conhecimento, os estereótipos criados em torno da negritude, a tentativa de apagamento da história e o racismo presente em nossa sociedade estão entre essas questões, contribuindo para um reconhecimento tardio.

Uma pesquisa da educadora Nilma Lino Gomes, realizada com dezessete professoras negras da escola, evidenciou a falta de conhecimento sobre esses assuntos por parte dessas mulheres, assim como diversas outras. Como diz a autora:

Através dos depoimentos percebemos como tem sido construída a identidade racial e profissional das professoras negras, sua relação com o trabalho e com a questão racial. Dentro desse processo intrincado observamos a presença de um discurso que, em alguns momentos, apresenta-se pautado na teoria racista e reproduz os estereótipos do papel da mulher negra em nossa sociedade. Esta complexidade vem confirmar a importância que a questão racial e de gênero assume na vida pessoal e profissional dessas mulheres e o quanto se faz necessário discuti-las na escola. Também revela a necessidade premente de desmontar o discurso racista introjetado por essas mulheres, mostrando-lhes que os “deslizes racistas” presentes nas suas falas são reflexos do racismo em nossa sociedade e das adaptações teóricas por ele sofridas, ao ponto desse racismo se fazer recorrente nas falas das próprias mulheres negras, sem que estas o percebam (Gomes, 1996, p. 74).

Valorizar a identidade racial, a cultura e a história do povo negro, contribui significativamente para a aceitação e afirmação de uma identidade. Como exemplo, podemos citar questões relacionadas ao cabelo crespo. Não é pequeno o quantitativo de mulheres que “alisaram” ou “alisam” os seus cabelos para não sofrer com os constrangimentos ou se encaixar em um “padrão” de beleza instituído pela

sociedade que tentou apagar a existência, a cultura, as contribuições e a história afro-brasileira. Vejamos o que diz Ângela Figueiredo sobre esse assunto:

Tradicionalmente, os negros têm sido discriminados nas propagandas e no mundo da beleza, duas esferas particularmente importantes na construção de estereótipos negativos contra os negros. Ditados populares têm reforçado a rejeição aos fenótipos negros, particularmente, ao cabelo crespo. Exemplos de pais que rejeitam a relação inter-racial com a alegação de que não querem netos de cabelo crespo são frequentes. Sem dúvida, o cabelo se constitui numa preocupação que antecede ao nascimento da criança e, na maioria das vezes, permanece nas lembranças da infância, da escola e da relação com os outros.

[...]

Desde muito jovens, as mulheres negras são socializadas para terem o cabelo alisado, muitas relataram experiências em que a família e, principalmente, a mãe, impunha que elas tivessem os cabelos alisados. Na fase adulta, algumas alisam o cabelo porquê de fato acham que o cabelo alisado fica mais bonito, enquanto outras alegam questões relativas ao cotidiano do uso do cabelo crespo e, em parte, justificam a intervenção no cabelo como uma forma de torná-lo mais prático no cotidiano. (Figueiredo, 2008, p. 247-249).

Apesar das barreiras, percebe-se o aumento na quantidade de pessoas dessa população que estão assumindo os seus cabelos crespos e cacheados, em um processo de redescoberta e aceitação, exaltando a beleza negra, aumentando o empoderamento e consequentemente rejeitando padrões de beleza eurocêntricos, elevando a autoestima de quem por muito tempo escondeu a beleza dos seus fios e toda uma história cheia de significados que envolve o cabelo crespo.

O exemplo do apagamento das heranças do povo negro pode ser percebido na ausência do ensino da cultura afro-brasileira, que só se tornou obrigatório com a Lei 10.639, de 2003, resultado de muita luta e movimentação. A lei prevê a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, incluindo o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2003). Vale ressaltar, que embora já tenha passado mais de 20 anos, percebe que a execução da lei ainda não ocorre com efetividade, pois se faz necessário o comprometimento e a formação das pessoas envolvidas no processo. De acordo com Cardoso (2020, p. 74):

A História Geral da África (HGA) registra conhecimentos milenares desenvolvidos pelos povos africanos como, por exemplo, a descoberta do ferro, a fabricação de papel, que passa a substituir o papiro, agricultura, as indústrias alimentares que haviam se multiplicado na Idade Média, nas cidades do Norte e do Sudão ocidental, tecelagem, a extração do óleo de oliva, de palma e de amendoim, ourivesaria e fundição de objetos de bronze, cobre e ouro, entre outros milhares de conhecimentos necessários à vida.

Outro ponto importante é sobre o ensino de uma história do ponto de vista dos colonizadores, que perdurou e ainda hoje persiste em algumas escolas; omitindo as histórias dos povos originários que aqui viviam e das pessoas que foram obrigadas a deixar o continente africano de forma cruel para serem escravizadas no Brasil.

Além da brutalidade de serem retirados à força dos seus territórios, deixando para trás toda uma vida, nem sequer tiveram o direito de manter as suas identidades, chegando em um ambiente totalmente desconhecido, no qual nem os seus nomes foram mantidos, muito menos a sua história e a de seu povo, deixando grandes obstáculos e desafios para serem superados ao longo desses anos.

Até a escola, que deveria ser um espaço de formação e fortalecimento da identidade, acaba contribuindo para a disseminação de estereótipos e ideias equivocadas. Como exemplo, podemos citar a baixa representatividade do povo negro nos livros didáticos. Sobre essa questão, Ana Célia da Silva desenvolveu diversos trabalhos, assim como uma vasta contribuição no campo da formação de professores e professoras, conforme apontado por Cardoso (2020, p. 181):

No campo acadêmico, Ana Célia da Silva é reconhecida como pesquisadora precursora na análise sobre a discriminação do negro no livro didático, e em nossa análise, os resultados da sua pesquisa não enunciam apenas conceitos do campo das relações raciais; pelo contrário, seu trabalho tem relevância na problematização sobre o currículo oficial, o mercado editorial, bem como a formação racista de ilustradores e escritores brasileiros, e principalmente os impactos desses diferentes fatores na formação de professores.

No que diz respeito à representação das mulheres negras nos livros didáticos, de acordo com a pesquisa de Ivanilda, o trabalho realizado por Ana Célia Silva questiona sobre as representações negativas no qual as mulheres estavam submetidas.

A mulher negra foi ilustrada e descrita em todos os livros analisados como empregadas domésticas. Não como a doméstica profissional que desempenha um serviço de extrema importância social, mas carregada de estereótipos de mulher feia, gorda, sem inteligência, supersticiosa, ingênua e subserviente (Silva, 2019⁹, p. 59, *apud* Cardoso, 2020, p. 178).

Diante dos trabalhos desenvolvidos percebemos como os estereótipos negativos podem ser reforçados no ambiente escolar e se faz necessários adotar medidas para combater o preconceito, valorizando as história e a contribuição das pessoas negras, isso inclui, dentre outras medidas, uma formação continuada de educadores e educadoras; adoção de livros que tragam representações diversificadas e evidenciar intelectuais, escritores e escritoras negras; contribuindo para uma formação de qualidade e fortalecer o senso de pertencimento, ajudando a enfrentar os obstáculos na busca de novos espaços.

Se sentir representada positivamente por pessoas que apresentam características parecidas com as nossas, sejam elas físicas, regionais, as experiências vividas e a cultura, ajuda a enfrentar as batalhas pelas transformações sociais.

A representatividade contribui de forma positiva para o enfrentamento dos desafios que perpassam diferentes momentos da vida das mulheres negras, desde sua infância, na qual se define papel de gênero, na vida escolar que carrega uma história de privação e dificuldade em acessar um ensino de qualidade, até as barreiras enfrentadas para ingressar no mundo do trabalho, dentre outras adversidades que dificultam a sobrevivência na sociedade.

No que se refere a educação escolar, precisamos sempre lembrar da corrida desvantajosa na qual as mulheres negras foram submetidas; sendo o grupo com maior desvantagem social, ocasionada também pela proibição de acesso a educação no período da escravização e das barreiras sociais criadas principalmente no período pós abolição, permeado pelo preconceito e racismo que limitava o acesso a uma educação de qualidade. Somando se a isso:

⁹ Silva, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 3a Edição. Salvador: EDUFBA, 2019, 117 p.

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação (Davis, 2016, p. 4).

Entretanto, há muitas mulheres que conseguiram acessar os espaços universitários mediante muitos esforços e chegaram a ultrapassar os obstáculos, em meio às poucas visibilidades de mulheres negras nessas situações. Isso é uma grande conquista para essas pessoas que enfrentaram as dificuldades com muita luta para dar continuidade nos estudos criando novas narrativas e rompendo paradigmas que associam as mulheres aos afazeres domésticos. Segundo pesquisa do IBGE,

Em 2022, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo que os homens aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. Essas tarefas consumiram 21,3 horas semanais delas, contra 11,7 horas deles. O recorte por cor ou raça também possibilita verificar essa diferença entre mulheres. As mulheres pretas ou pardas gastavam 1,6 hora a mais por semana nessas tarefas do que as brancas. Já entre os homens não houve distinção significativa nesse recorte. Além disso, a diferença entre mulheres brancas e pretas ou pardas aumentou desde 2016, início da série histórica deste indicador (Cabral, 2024).

Nada contra o trabalho doméstico e tantos outros, no entanto, é perceptível que a maioria dos cargos ocupados por mulheres negras na sociedade, embora esteja mudando, ainda é o de empregada doméstica, ou atribuídos a função do cuidar. Muitas vezes falta apenas uma oportunidade e igualdade para que essas mulheres possam acessar espaços diferentes, que sejam do seu interesse e não apenas espaços em que o preconceito, o racismo e a falta de oportunidade insistem em colocá-las, sendo a educação formal fundamental para essas mudanças.

Embora a educação não se restrinja aos espaços formais, fazendo parte de nossas vidas desde a existência humana, o objetivo dessa pesquisa é tratar de assuntos relacionados à educação formal. O acesso à educação não foi e nem é nada fácil para essas mulheres, imagina então o quanto não é difícil concluir um

curso de graduação e ingressar em um programa de mestrado. De acordo com a pesquisa do IBGE de 2022,

A proporção de mulheres brancas que tinham completado o nível superior (29,0%) era o dobro do observado para as pretas ou pardas (14,7%). Os homens pretos ou pardos tinham o menor percentual entre os grupos (10,3%), menos da metade do registrado pelos brancos (24,9%) (Cabral, 2024).

As mulheres negras enfrentam problemas relacionadas ao racismo, tanto quanto o sexismo, assim como relacionados à classe social que ocupam, aumentando a desigualdade e minimizando as oportunidades, por isso, se faz necessário entender a importância de analisar esse conjunto de diferentes formas de discriminação que afetam as mulheres negras.

A interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (Crenshaw¹⁰, *apud* Akotirene, 2019, p. 14).

Em uma palestra para o TED (Technology, Entertainment, Design), disponibilizada também na plataforma do Youtube, Kimberlé Crenshaw exemplifica o conceito de interseccionalidade, contando uma situação na qual a lei não conseguia amparar uma mulher negra por ela não ter sofrido opressão na avenida nem da raça e nem do gênero e sim na intercessão, algo que a lei não foi capaz de enxergar (TED, 2016).

Em vista disso, são vozes como essas que nos ajudam a criar uma visão crítica e legitimar a nossa presença em espaços negados, desafiando os preconceitos e incentivando novas conquistas. Também com esta perspectiva, Silva e Euclides (2018, p. 58, 2018) afirmam que:

Quando uma mulher negra ocupa um espaço público como a universidade – até então com predominância de pessoas brancas, sejam homens sejam mulheres –, desperta o desejo e a motivação para as demais também ingressarem nesse espaço. A frase “uma

¹⁰ Akotirene não especifica qual obra de Crenshaw está se referindo nesta passagem.

sobe e puxa a outra” – utilizada pelo movimento de mulheres negras brasileiras – eleva no sentido de criar mecanismos específicos para permitir o acesso de outras afrodescendentes. Refere-se a alavancar no trabalho simbólico de mudança na maneira como cada um e cada uma vai se ver nessa escala de oportunidades e direitos, de modo a influenciar as escolhas e as oportunidades profissionais. Trata-se de uma forma de somar forças no combate à solidão que o racismo cotidianamente as fez vivenciar nos âmbitos profissionais.

O acesso ao ensino superior por essa população, gera grandes impactos para a comunidade, não só no campo acadêmico, como também no campo da política, da cultura, além de contribuir para a democratização dos espaços e a luta contra o racismo estrutural.

Na seção a seguir, falaremos sobre a presença de mulheres negras na pós-graduação evidenciando as suas conquistas e os seus protagonismos no meio acadêmico.

3 MULHERES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Esta seção tem como objetivo possibilitar uma reflexão sobre as mulheres negras nos cursos de pós-graduação, os seus enfrentamentos e a superação dos obstáculos, demonstrando que mesmo com as dificuldades que giram em torno de suas vidas elas conseguem acessar esses espaços, que embora seja marcado por inúmeros desafios é também um espaço de afirmação, no qual é fundamental a representatividade.

Ressaltamos que não é possível abarcar todas as variáveis, trazendo apenas alguns pontos das especificidades de ser uma mulher negra, dada a amplitude dessa temática e a singularidade de cada mulher. Porém, é possível apresentar um panorama que versa sobre o acesso das mulheres negras em níveis mais avançados no que concerne à educação formal, em uma sociedade que discrimina e amplia as desigualdades através do entrecruzamento dos marcadores sociais de raça, gênero e classe.

Entre as principais barreiras para o acesso de mulheres negras, e de pessoas negras em geral nos espaços de escolarização, o racismo é um fator preponderante. Ao tratarmos do racismo, a escravidão ainda é um marco para compreender as dinâmicas sociais brasileiras. Embora a escravidão tenha sido “abolida” oficialmente em 13 de maio de 1888 mediante assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, libertando as pessoas escravizadas; essas pessoas não tiveram nenhum tipo de amparo, enfrentando uma realidade muito difícil e de grandes privações, como por exemplo o acesso à educação. É importante ressaltar que, de acordo com Gonçalves (2023, p. 49)

O Movimento Negro teceu duras críticas à data 13 de maio, alusiva à assinatura da Lei Áurea, que homenageava a princesa Isabel. Em seu lugar, o Movimento intencionou prestar homenagens a Zumbi dos Palmares todo dia 20 de novembro.

Em relação ao estado da Bahia, localidade na qual essa pesquisa é conduzida, um território em que uma grande parte da população é negra, somente neste ano de 2024 tivemos o primeiro feriado em celebração ao dia Nacional de

Zumbi e da Consciência Negra, um dia de grande relevância para a memória e valorização da cultura negra. O feriado nacional foi instituído através da Lei Nº 14.759 de 21 de dezembro de 2023 e em seu artigo primeiro informa “Fica declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra” (Brasil, 2023).

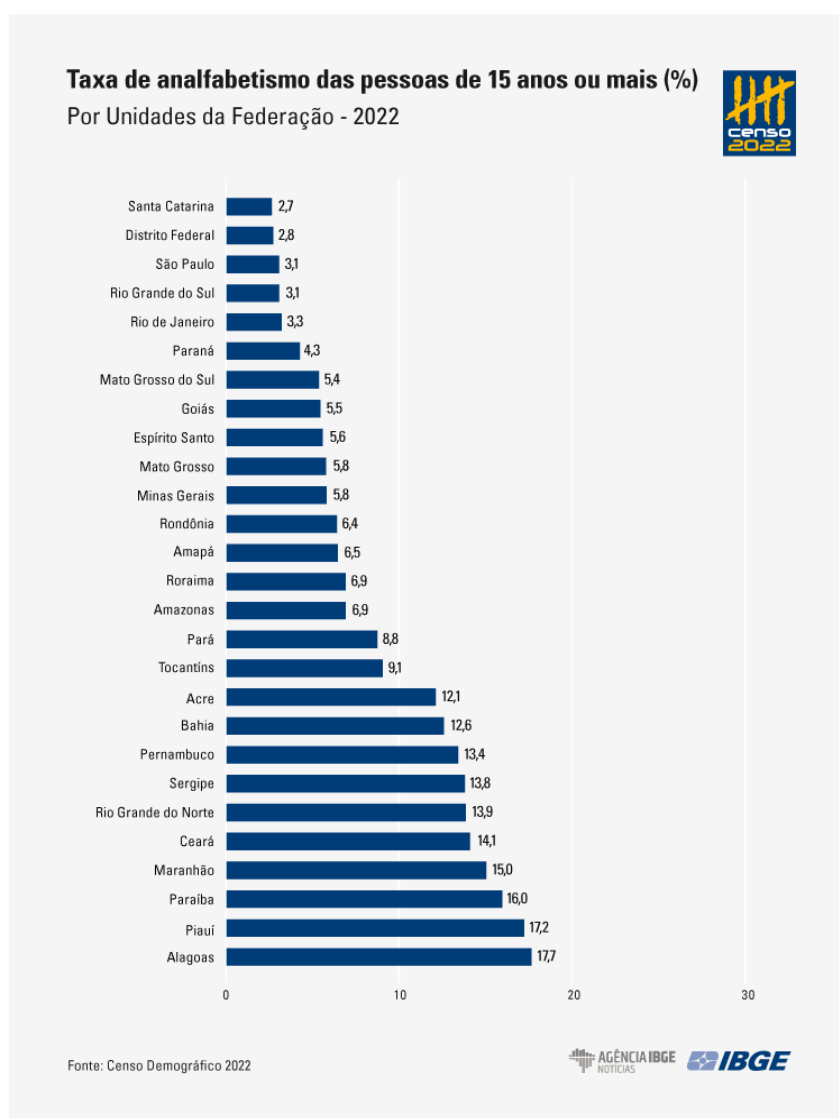
Sem políticas públicas que assegurassem no mínimo os direitos básicos para as pessoas libertas da escravização, as desigualdades se consolidavam, repercutindo até os dias atuais. De acordo com as informações encontradas no site do IBGE, a população negra é a que mais tem impactos em relação a escolarização no Brasil:

Analizando-se as taxas por idade e cor ou raça, o analfabetismo para pretos e pardos atingiu valores acima de 2% a partir da faixa etária de 25 a 34 anos de idade, enquanto para brancos isso ocorreu a partir de 35 a 44 anos. A diferença entre brancos e pretos atinge seu valor máximo para o grupo de 65 anos ou mais (20,9 p.p.).

“A elevada taxa de analfabetismo entre os mais velhos é um reflexo da dívida educacional brasileira, cuja tônica foi o atraso no investimento em educação, tanto para escolarização das crianças, quanto para a garantia de acesso a programas de alfabetização de jovens e adultos por uma parcela das pessoas que não foram alfabetizadas nas idades apropriadas”, diz a analista da pesquisa (Nery, 2024).

O levantamento ainda revela que a taxa de analfabetismo do Nordeste, região na qual está situado o estado da Bahia, continua sendo o dobro da média nacional, estando a Bahia em 9º lugar em relação a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, de acordo com o gráfico na página a seguir.

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais



Fonte: Censo Demográfico 2022, *apud* Nery, 2024.

O acesso restrito à educação acabou criando muitas barreiras para o desenvolvimento pessoal e social de mulheres negras. As dificuldades iniciam desde o ensino básico, seja pela falta de infraestrutura adequada, a disponibilidade de recursos ou pela necessidade de ocupar outras atividades que não só a de estudar,

estendendo-se até o seu ingresso e permanência no ensino superior que também é afetado pelas condições socioeconômicas. Tudo isso pode acarretar, além de maiores obstáculos, na desmotivação para continuar os estudos e como consequência de um problema que se estrutura na base, torna-se impossível não refletir no acesso aos programas de mestrado, ampliando a desigualdade educacional.

O mestrado é um programa de pós-graduação que atribui o título de mestres e mestras após a conclusão dos estudos em uma área específica. Se concluir um curso de graduação não é tarefa fácil para a maioria das mulheres negras, ingressar no mestrado também não é nada fácil. Como afirma Viana (2022, p. 54):

A pós-graduação, especialmente a nível *stricto sensu*, é um dos níveis mais disputados do sistema brasileiro e, consequente, um dos que mais nos aproxima das disparidades que marcam o campo da educação.

Os caminhos até os programas de mestrado são repletos de desafios, principalmente para as mulheres negras que sofrem com as múltiplas opressões. Esses obstáculos estão presentes desde a educação básica, influenciando no acesso ao ensino superior. Vencendo a etapa de ingresso em um curso de graduação, não se pode esquecer das questões relacionadas à permanência, permeada por dificuldades diversas, como por exemplo, a conciliação do estudo com o trabalho – necessidade muito frequente na vida da população de classe baixa –, tornando o percurso mais longo ou mais difícil, além da conciliação entre a função de cuidar e a de estudar.

Vencendo a fase da graduação, o próximo passo é se preparar para o ingresso no mestrado, o que requer tempo, recursos financeiros e um bom desempenho; ou seja, é preciso superar todas as dificuldades que se iniciam desde a infância, se constituindo como o sinônimo de resistência. Segundo Viana (2022, p. 41):

Sob o peso acumulativo dos estigmas raciais, sexuais e de classe, o sistema educacional tem sido, por um lado, um espaço onde mulheres negras enfrentam obstáculos no acesso, permanência, conclusão e qualidade de ensino em todos os níveis de

escolarização, por diferentes motivações. E, por outro lado, o espaço que as tem permitido pavimentar horizontes possíveis de mobilidade social.

Outro fator determinante é o racismo estrutural enfrentado por mulheres negras nos ambientes educacionais, perpetuando a desigualdade em toda sua trajetória educacional. Como exemplo de situações desfavoráveis podemos citar a desvalorização do seu potencial intelectual, podendo afetar a confiança e contribuir para o isolamento perante a falta de apoio ou representatividade, reforçando de forma negativa a percepção de que aqueles espaços não lhes competem. Para ajudar essas mulheres nos seus percursos se faz necessário o aporte das políticas públicas e ações afirmativas que promovam a equidade no acesso e permanência ao mestrado.

Entretanto, diante das lutas de muitas mulheres, como Lelia Gonzales, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR); Nilma Lino Gomes e tantas outras mulheres inspiradoras como as professoras da Faculdade de Educação da UFBA, torna-se possível expandir os horizontes e aumentar a percepção de que outros espaços são possíveis. Pois as conquistas de mulheres negras que ingressam na pós-graduação não se resumem a conquistas individuais, implicando em avanços coletivos importantíssimos para o desenvolvimento social.

O MNU teve González como uma das fundadoras e procurou mobilizar e organizar a população negra politicamente, tornando-a num coletivo de âmbito nacional. Inseriu em suas pautas de luta a necessidade de se discutir temas associados à população negra nos currículos escolares e combater a forma preconceituosa e estereotipada da narrativa da História acerca da população negra (Gonçalves, 2023, p. 48).

Nesse enfrentamento, os movimentos sociais contribuem significativamente para as transformações sociais, buscando ações afirmativas e demais políticas públicas que possibilitem o acesso de pessoas negras a um ensino de qualidade, ajudando na trajetória educacional, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Um exemplo das conquistas é a Lei de Cotas 12.711/12, sancionada em agosto de 2012, que ajuda a minimizar a desigualdade no acesso ao ensino

superior, estabelecendo que as instituições públicas de ensino superior reservem um percentual das vagas ofertadas para as pessoas com deficiências, negras, indígenas e estudante de escolas públicas.

É no seio da atuação política organizada, de diferentes grupos afetados profundamente pela desigualdade – negros, mulheres, indígenas, quilombolas, LGBTQI+, pessoas com deficiência, e muitos outros – que tem se tornado possível vislumbrar, ainda que lentamente, a construção de uma sociedade menos desigual (Viana, 2022, p. 23).

Não podemos esquecer de agradecer profundamente às gerações de mulheres anteriores a nossa que lutaram por uma sociedade mais justa, por direitos, por acessos negados, pela ruptura de paradigmas sobre as mulheres. Os avanços já conquistados até hoje só foram possíveis devido à determinação, à coragem, à persistência e à resistência das muitas mulheres que vieram antes, em um momento ainda mais desafiador do que encontramos atualmente. Com isso, abriram caminhos possibilitando que as novas gerações ocupem novos espaços dando continuidade ao legado de transformação e protagonismo.

De acordo com o trabalho realizado por Viana (2020), a história da pós-graduação aqui no Brasil, desde a sua constituição, já é marcada pela exclusão das mulheres negras desses espaços, à medida que as exigências de um “sujeito ideal” para a pós-graduação acabam impedindo o acesso dessas mulheres, como por exemplo, o rigor na seleção e o regime de dedicação em tempo integral, como um dos pré-requisitos presente no Parecer CFE nº977/1965, que formaliza a pós-graduação no Brasil (Almeida Júnior, 2005). Como afirma Viana (2020, p. 58), ao comentar sobre o referido parecer:

No parecer reconhece a pós-graduação enquanto uma necessidade em vista da complementação da formação do profissional pesquisador, partindo dos conhecimentos apreendidos na graduação, e do treinamento de especialistas altamente qualificados, ao qual a formação a nível de graduação não seria capaz de formar devido a sua configuração estrutural e finalidade.

Ele ainda expõe e qualifica a diferença entre a pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*, no qual a primeira se destina à especialização e treinamento em partes limitadas que compõe um ramo profissional ou científico, e o segundo se destina a objetivos essencialmente

científicos visando complexificar e aprofundar a formação adquirida na graduação. (Viana, 2020, p. 58)

De acordo com essas informações, é evidente que a pós-graduação foi constituída para atender a uma parcela da sociedade privilegiada, diminuindo a quantidade de mulheres negras que conseguem o acesso, à medida que se eleva o nível de formação acadêmica.

A ausência do reconhecimento dos múltiplos entraves que criam obstáculos para os grupos mais diversos no acesso a pós-graduação coloca o Parecer nº 977 “como um dispositivo camuflador de diferenças”, e exatamente por isso nos chama a atenção que este seja também um dos principais dispositivos normativos sobre a institucionalização da pós-graduação.” (Viana, 2022, p. 61).

Desafiando as barreiras históricas e seguindo por um caminho marcado por desigualdades, as mulheres negras têm demonstrado muita determinação diante das estruturas que limitam o seu acesso a uma educação de qualidade e aos avanços dos níveis acadêmicos mais elevados, como é o caso dos mestrados, um ambiente que ainda privilegia determinados grupos, exigindo persistência para chegar até esses espaços, que afirmam as suas identidades e possibilitam a construção de conhecimentos mais diversos.

Na sua dissertação de mestrado, em uma pesquisa de campo, Viana (2022) apresenta um pouco das trajetórias de mulheres negras que trilharam esse caminho, superando as dificuldades e promovendo transformações importantes no âmbito acadêmico. No entanto, vale ressaltar que os desafios não acabam no momento em que conseguem ingressar. Daí por diante, surgem outros.

A pesquisa de Viana teve como objetivo compreender com mais profundidade a história de vida de mulheres negras egressas da pós-graduação, usando as narrativas sobre os percursos educacionais como fonte de dados qualitativos realizados através de entrevista com quatro mulheres negras egressas dos mestrados dos programas de pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (PPGECC e PROPED), tratando, dentre outros assuntos sobre o processo seletivo e o percurso educacional na pós-graduação. Foram usados nomes fictícios para as entrevistadas, sendo eles Iolanda de Oliveira,

Joselina da Silva, Leda Maria Martins e Thereza Santos. Logo a seguir, apresento um recorte desse trabalho.

A primeira entrevistada foi Iolanda (30 anos), pedagoga e mestra pela UERJ, relata que sobre ser uma mulher negra, reconhece que construiu percepções diferentes sobre a própria identificação racial ao longo da sua trajetória. Influenciada em especial pelas transformações que se sucederam no percurso educacional, menciona que seu reconhecimento racial não partia da dúvida sobre a sua identidade como mulher negra apesar de se identificar exclusivamente com “morena”. Diferente das demais, se dedicou integralmente à iniciação científica na graduação, o que para ela serviu para o aprofundamento teórico-metodológico como pesquisadora em formação. Iolanda já se preparava para o processo seletivo do mestrado quando concluiu a graduação, ingressando em 2017, tornando-se mestra em 2019 (Viana, 2022).

Joselina (36 anos), formada em letras e jornalismo, em 2018 se tornou mestra em Educação pela UERJ. Filha de casal interracial, mãe preta e pai branco, relata que era conhecida desde muito nova como “moreninha”. O seu “despertar racial” até se denominar como negra resultou de alguns movimentos realizados apenas na vida adulta. Em relação ao mestrado, Joselina é a única a reconhecer que suas expectativas sempre estiveram distantes da possibilidade de cursar o mestrado, especialmente em uma universidade pública, contudo, ingressou em 2016 e se tornou mestra em 2018, 11 anos após a conclusão da segunda graduação, mesmo com expectativas baixas em relação à sua aprovação.

De acordo com Viana (2022), Leda (41 anos), possuía licenciatura e bacharelado em sociologia e era mestra em educação pela UERJ, cursando o doutorado na mesma universidade, a única entrevistada que não tem especialização *lato sensu* na formação. Entrou no mestrado em 2017, tornando-se mestra em 2019, 11 anos após a conclusão de sua única graduação. O distanciamento entre a graduação e o mestrado é reconhecido por Leda como um reflexo de reprovação em dois processos realizados assim que concluiu a graduação, no primeiro processo, no qual tinha uma alta expectativa pela aprovação, houve anulação da seleção devido a um vazamento de informações sensíveis e no segundo foi reprovada na prova de língua estrangeira.

Por fim apresento Thereza (50 anos). De acordo com a pesquisa de Viana (2022), ela começou a estudar desde os 4 anos; é formada em publicidade e propaganda, mestra em educação pela UERJ e no momento da pesquisa estava cursando doutorado na mesma instituição. Apesar de ter uma trajetória semelhante à de Joselina, Thereza não apresentou dificuldades em relação às informações que precisava dispor sobre o acesso ao mestrado acadêmico. No entanto, fala sobre outros obstáculos enfrentados nas duas tentativas realizadas de acesso à pós-graduação. Sendo desclassificada no primeiro processo, por não se atentar aos critérios burocráticos do edital; ingressou em 2016 tornando-se mestra em 2018, 19 anos após a conclusão da única graduação e 2 anos, e após a conclusão da última especialização.

No relato das quatro mulheres negras citadas acima, duas delas não tinham um conhecimento aprofundado sobre a universidade pública, porém, ingressaram na graduação em faculdades particulares. Leda foi a única a realizar a primeira graduação em uma faculdade pública, pois não tinha condições financeiras de arcar com um curso particular. A segunda de Iolanda foi na faculdade pública, Iolanda e Thereza não tiveram experiências formais em relação à pesquisa, sendo o trabalho de conclusão de curso a maior aproximação com a pesquisa, isso é realidade de muitas estudantes que compõem a nossa sociedade.

A partir desses relatos, e de tantas outras histórias que conhecemos, fica evidente que as trajetórias são vivenciadas de maneira única por cada mulher, mesmo apresentando alguns pontos em comum. Como afirma Viana (2022, p. 117), comentando sobre estas trajetórias: “A permanência na graduação, por sua vez, é destacada por elas a partir de atravessamentos diferentes, mas que se estruturam em uma base comum: ausência ou precarização da estabilidade financeira”.

Para muitas mulheres narrativas como essas, de mulheres negras que conseguiram ingressar em programas de mestrado, trazem representatividade e esperança sobre a posição das mulheres negras em nossa sociedade, que enfrentam muitas dificuldades de acesso e permanência no ensino superior. Porém, ainda é preciso aumentar esses números.

Em relação aos títulos de mestre e doutores de instituições públicas e privadas de ensino superior em 2020, 44,91% não declararam ou

não informaram os dados étnicorraciais. Dentre os que se autodeclararam, 69,83% são brancos; 22,45% são pardos; 6,22% pretos; 1,15 amarelos; e 0,35 indígenas. A partir desses dados, nota-se pequena redução no número de detentores do título de mestrado e de doutorado que se autodeclararam pessoas amarelas e brancas, ao passo em que se percebe o aumento de pessoas pardas nos últimos anos, sendo considerado o grupo étnico-racial que mais cresceu, aproximadamente 4% ao ano. Já o número de pessoas pretas, esse percentual não chegou a 2%. (Gonçalves, 2023, p. 58).

Diante dessa realidade, para reduzir as desigualdades desse grupo minorizado, se faz necessário, dentre outras atitudes, garantir uma educação de qualidade em todas as etapas de escolarização. Ou seja, desde a educação básica que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, até a etapa da educação superior, que inclui a graduação e pós-graduação. Além disso, é fundamental assegurar a permanência para que possam vencer os desafios e concluir o curso.

A pesquisadora Tanesca Santana Cal, apresentou em sua dissertação de mestrado um estudo com o título: “O lugar da mulher negra nas ciências: implementação das ações afirmativas na pós-graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA)”, apontando os aspectos que interferem na vida das mulheres negras no caminho da ciência. Segundo a autora

Existem muitas batalhas a serem travadas, de pouco a pouco as mulheres irão conquistar cada vez mais espaço na ciência e as ações afirmativas surgem como uma ponte para estas conquistas. (Cal, 2021, p. 40).

Discutir sobre o acesso e permanência de mulheres negras na pós-graduação é de extrema relevância, pois essas mulheres encontram barreiras na progressão acadêmica devido aos fatores sociais de raça, gênero e classe econômica, assim como discutir sobre políticas públicas com o objetivo ampliar a diversidade no espaço acadêmico. Como afirma Cal (2021, p. 48):

O percentual de mulheres pretas e pardas, doutoras, professoras de programa de 48 pós-graduação é inferior a três por cento. Somente sete por cento das bolsas de produtividade são destinadas a mulheres negras.

Tanesca Cal também apresenta o trabalho desenvolvido por mulheres insurgentes que conseguiram superar os desafios e contribuir para a democratização dos espaços. Dentre elas estão Anita Canavarro, professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) que foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e atua nas pesquisas sobre descolonização do currículo de química. Tem seu tom de pele menos retinta e sua afirmação e reconhecimento como cientista negra permite entender e contribuir para debate sobre quem é negro no país. Já a reflexão da doutora Bárbara Carine Pinheiro, química, relata, numa palestra, as relações étnico-raciais de alguns cientistas negros pioneiros nacionais. A cientista falou da presença das mulheres negras a partir do exemplo da Doutora Sônia Guimarães, professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a primeira mulher negra a ter doutorado em física no ano de 1989 no Brasil e esta pesquisa se ater à sua história oral e narrativa na física nacional (Cal, 2021, p. 47).

Nessa luta contínua com o objetivo de quebrar as barreiras das estruturas sociais que ainda persistem, é essencial reconhecer o papel fundamental das ações afirmativas para a promoção da equidade. Como afirma Cal (2021, p. 63):

As Ações Afirmativas são políticas públicas que têm a perspectiva de criar condições igualitárias para os grupos chamados minoritários, que, historicamente, foram forjados à desigualdades e exclusões, como as perspectivas de igualdade, reparação, equidade e ou compensação para as chamadas minorias étnicas/raciais e mulheres. Desta forma as Ações Afirmativas construíram práticas e redesenharam políticas públicas. Da mesma maneira que a ação afirmativa questiona o lugar do poder e as condições de chegar até ele. Nesse debate sobre Ações Afirmativas está em jogo o poder, interesses, acessos e a destruição de subordinação de grupos específicos ao determinado pelas regras de opressão.

Ampliar as ações afirmativas é fundamental para combater as desigualdades na sociedade como um todo, incluindo a educação, para que se possa aumentar a representatividade nos espaços acadêmicos e em especial nos níveis superiores de ensino que aumenta a disparidade, levando em consideração a desvantagem que alguns grupos carregam em comparação com outros.

As mulheres negras, apesar de protagonistas, foram secundarizadas frente ao trabalho, direito à educação e participação na arena

política. A invisibilidade, baixa representatividade e o sujeitamento consequente das opressões e dominações da raça e gênero, mobilizam até a contemporaneidade. A raça e o gênero são indissociáveis na vida da mulher negra, no âmbito científico, e ainda, a dissociação, hierarquização, agentes presentes que as colocam em lugar invisível (Cal, 2021, p. 55)

Ressaltamos que os esforços não devem ser apenas para viabilizar o ingresso e sim contribuir significativamente para a permanência dessas mulheres em sua trajetória educacional marcadas por desafios, exigindo políticas direcionadas para esse público que ainda enfrentam grandes limitações e necessitam de uma reparação histórica. Contudo, persistem na busca por transformações, reivindicando direitos negados, dando continuidade ao legado e abrindo caminhos para que mulheres negras possam construir novas narrativas.

Na seção a seguir, discorreremos sobre o programa de mestrado em educação da UFBA, bem como, analisaremos os editais referentes a seleção para o ingresso.

4. DA PRIVAÇÃO DOS ESTUDOS AO PROGRAMA DE MESTRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Seguindo adiante com a temática sobre as mulheres negras na pós-graduação *strictu sensu*, mais especificamente nos programas de mestrados, essa seção busca analisar o cenário assim como o processo para o ingresso no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A Universidade Federal da Bahia tem seu começo em 18 de fevereiro de 1808, através da instituição pelo Príncipe Regente Dom João VI da Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro curso universitário do Brasil. Durante todo esse período passaram pela reitoria dezesseis pessoas, contudo, apenas duas delas são mulheres, sendo elas Eliane Azevedo no período de 1992-1993, formada em medicina no ano de 1951. Desde cedo, envolveu-se com a área de Genética Humana. Atuou ao longo tempo no ensino e pesquisa, e fez doutorado e pós-doutorado no exterior. Exerceu os cargos de pró-reitora e vice-reitora, antes da função de reitora.

A outra reitora, já em um período mais recente (2010-2014), foi Dora Leal Rosa que se formou em ciências sociais em 1969. Sua carreira foi voltada à área de educação, com ênfase em sociologia e antropologia da educação. Construiu sua carreira acadêmica e profissional especialmente na UFBA, local em que ocupou cargos administrativos diversos. Foi também diretora geral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Bahia (Fapesb), entre 2007 e 2009 (UFBA, 2024?).

Atualmente se encontra como Reitor da UFBA o professor Paulo Cesar Miguez de Oliveira, antes, vice-reitor por oito anos. Graduado em ciências econômicas pela UFBA (1979), mestre em administração (UFBA, 1995) e doutor em comunicação e cultura contemporâneas (UFBA, 2002), Miguez ingressou na UFBA como docente em 2009. No IHAC (Instituto de Humanidades, Arte e Ciências Professor Milton Santos), foi coordenador do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade entre 2010 e 2012.

Em relação ao surgimento da Faculdade de Educação, de acordo com informações encontrada no 13º Manifesto de 40 anos da FACED/UFBA, temos que

A origem da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), data da legislação de 1968, da Lei nº 5.540 da Reforma Universitária – que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências – e, do decreto nº 62.241, que na Bahia, em fevereiro de 1968, reestrutura a Universidade Federal da Bahia, determinando o desmembramento dos diversos cursos existentes na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, surgindo a Faculdade de Educação para o ensino profissional e a pesquisa aplicada, no ano de 1969, com regimento aprovado em 1970 (FACED/UFBA, 2009).

Ainda de acordo com informações do referido Manifesto, o primeiro prédio em que funcionou a Faculdade de Educação foi o da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, situado em Nazaré e em 1974, a Faculdade começou a funcionar em prédio próprio no Campus Canela, permanecendo até os dias atuais, neste momento com 55 anos.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela FACED, temos os cursos de pós-graduação contemplando os mestrados em educação, tema desse estudo. A seguir falaremos sobre o Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA, tecendo uma análise sobre a forma de ingresso no mestrado, entendido como um espaço de afirmação e desafios.

4.1 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA)

De acordo com informações retiradas do site, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA) surgiu em 1972, na Faculdade de Educação (FACED), e ao longo dos anos passou por diversas transformações. Atualmente a sua área de concentração é “Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica”.

O objetivo geral do curso é a formação de profissionais qualificados para o exercício, prioritariamente, de atividades de ensino e pesquisa, bem como para a produção de conhecimento no campo da Educação. Especificamente, o PPGE/UFBA propõe-se a formar o

pesquisador da educação capaz de elaborar e implementar projetos de ensino, pesquisa e extensão inovadores, assim como produzir conhecimentos teórico-metodológicos no campo da Educação comprometidos com a *práxis* pedagógica. E, desde então, vem promovendo uma política de gestão com normalizações que possibilitam um planejamento adequado ao crescimento e fortalecimento do PPGE, até a excelência nacional confirmada na avaliação de 2017 com a nota 5 e da ampliação da experiência de internacionalização.

Aprofundar os conhecimentos no campo da educação, como é possível nos programas de mestrado, é de fundamental importância para o desenvolvimento profissional, bem como, para o fortalecimento da área educacional e a produção do conhecimento científico.

4.2 A seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA)

Com o objetivo de analisar o processo de seleção para o ingresso de mulheres negras no programa de mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia, foram utilizados editais publicados no período de 2018 a 2023, sendo 2018 o início da lei de cotas no PPGE/UFBA. Em seu artigo 7º - B, a Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023, reafirma que as instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*. Usamos como base para a nossa análise a seleção de alunos regulares brasileiros e estrangeiros com visto permanente.

Seguindo a ordem decrescente, o primeiro edital será o de **nº 07 de 29/08/2023** referente à seleção de candidatos(as) para os cursos de mestrado e doutorado para ingresso em 2024.1 do programa de pós-graduação em educação. A escolha desse edital como base para entender esse processo se deu pelo fato de

ser o que habilita as pessoas para o ingresso no ano corrente, 2024, ano em que esse estudo é iniciado.

De acordo com item 2 do edital 07/2023, o PPGE/UFBA da FAGED se concentra na área de Educação, Sociedade e Práxis Pedagógicas, possuindo cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos, com cursos presenciais, com aulas e atividades ofertadas nos turnos matutino, vespertino e, eventualmente, noturno. Com as seguintes linhas de pesquisa: Currículo e (In) Formação; Educação, Cultura Corporal e Lazer; Educação e Diversidade; Linguagem, Subjetivações e Práxis Pedagógica; Política e Gestão da Educação. Nos deteremos apenas nos programas de mestrado (FAGED/UFBA, 2023).

A seleção para ingressar no programa se inicia oficialmente com a publicação do edital. Ao ler o edital 07/2023, logo de início (item 1.7) nos deparamos com uma exigência para alcançar a titularização, a proficiência instrumental em inglês, espanhol, francês, italiano ou alemão; sendo de responsabilidade do candidato/a a sua comprovação (FAGED/UFBA, 2023).

A prova de proficiência em língua estrangeira é uma barreira que precisa ser superada por mulheres negras empobrecidas que, em sua maioria tem acesso a uma educação limitada e com poucos recursos, além de outros fatores que influenciam diretamente no seu desenvolvimento, como por exemplo, a falta de tempo para se dedicar ao aprendizado devido à carga de responsabilidade atribuídas a elas. Como visto na segunda seção desse estudo, isso foi um motivo de reprovação de uma das entrevistadas da pesquisa desenvolvida por Viana (2022), Leda, que em sua segunda tentativa de ingresso no mestrado foi reprovada na prova de língua estrangeira.

Ao adotar o regime de cotas, as vagas previstas no edital (FAGED/UFBA, 2023) são constituídas por:

- Vagas de Ampla Concorrência não estão submetidas a nenhuma modalidade de reserva de vagas;
- Vagas reservadas para candidatos(as) autodeclarados negros (pretos e pardos), optantes por esta modalidade;
- Vagas reservadas para candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transexuais,

transgêneros e travestis), servidores técnico-administrativos em educação da UFBA e imigrante ou refugiado em situação de vulnerabilidade, optantes por esta modalidade;

- Vagas para estrangeiros(as) que não possuam visto permanente no Brasil

A reserva de vagas é fruto de muita luta na busca por reparação históricas e no combate ao racismo institucional, Segundo Gonçalves (2023):

Na pós-graduação esse feito chega com o advento da Portaria n. 13/16 e torna a UFBA uma das pioneiras a adotar o sistema de cotas no Brasil em âmbito Federal, sucedendo apenas a UnB e a UFPR. Com isso, a CAE emitiu a Resolução 01/2017 que prevê a reserva de vagas a negros (as), indígenas, quilombolas, PCDs e pessoas trans por meio da PROAE, e dispõe de reserva de vagas em 30% para pessoas autodeclaradas negras em cada curso da pós-graduação. A Resolução também aponta os critérios para a distribuição de bolsas de agência de fomento para o PPG, o que inclui priorizar discentes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que é apurado pela PROAE. Dentre os benefícios concedidos, tem-se transporte, creche, restaurante e residência universitários (p. 128 e 129).

As pessoas que optam pela reserva de vagas para pessoas pretas e pardas (PPP) no edital 07/2023, passam por uma etapa a mais no processo seletivo: além da autodeclaração, é necessário a heteroidentificação. De acordo com Cal (2021):

O procedimento de heteroidentificação no acesso à graduação [na UFBA] começou em 2019 e se implementou na pós-graduação. A verificação pelo procedimento de heteroidentificação, usou o “Método Oju Oxê” que significa “Olhos da e para a Justiça”, desenvolvido pela professora, do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Marcilene Garcia de Souza, que desenvolveu uma pesquisa e instrumento de heteroidentificação para cotas raciais. O referido método utiliza características do fenótipo, mediante uma observação de traços negróides (p. 70)

Seguindo as etapas do processo, o primeiro passo para concorrer a uma vaga é a inscrição, na qual o/a candidato/a deve apresentar um anteprojeto indicando a linha de pesquisa ao qual se vincula e sugerir os/as possíveis orientadores/as (até três, da mesma linha de pesquisa) entre aqueles que apresentam disponibilidade de vaga. Ainda, deverá anexar os seguintes documentos digitalizados: documentos

pessoais (RG, CPF ou CRNM/RNE para estrangeiros(as) residentes no Brasil); diploma de graduação, currículo *lattes* atualizado; comprovante de pagamento da taxa de inscrição (FACED/UFBA, 2023).

O item 5.13, ainda se referindo a inscrição, trata de assuntos relacionados a isenção da taxa que poderá ser solicitada por quem atende os requisitos a seguir: por pessoas com renda familiar de até um salário mínimo e meio; ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou como bolsista integral em rede privada; docentes e técnico-administrativo da UFBA, mediante declaração do chefe de Departamento ou Diretor (a) da Unidade ou Órgão atestando o interesse institucional e a importância para a atividade desempenhada (FACED/UFBA, 2023).

Passado o momento da inscrição, vem agora as etapas da seleção, sendo a primeira etapa a análise do anteprojeto e a segunda etapa a arguição; as duas são eliminatórias e classificatórias. Mediante aprovação entregará toda a documentação exigida pela Coordenação de Atendimentos e de Registros Estudantis – CARE, em conformidade com o item 12 do edital, caso contrário poderá incorrer em desclassificação. Essa etapa difere da fase da matrícula na qual também há a entrega de documentação. Conforme item 13 do edital 07/2023, a ausência na matrícula é considerada como desistência (FACED/UFBA, 2023).

Na tabela 1, disponível a seguir, vemos a disponibilidade de vagas previstas para ingresso em 2024. Na segunda etapa diminui a quantidade, pois, embora tenham aprovação, a classificação acontece apenas de acordo com os números de vagas ofertadas: um total de 62 vagas (Brasileiros e estrangeiros com visto permanente) sendo 21 reservadas para pessoas pretas ou pardas - PPP.

Tabela 1 – Disponibilidade de vagas por etapa no mestrado (Edital 07/2023 do PPGE/UFBA)

CLASSIFICADOS NA ETAPA 1: ANÁLISE DE ANTEPROJETO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS ^{AC(1)}	VAGAS ^{PPP(2)}
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	25	11
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	05	03
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	18	08
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	28	12
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	09	05
TOTAL	85	39

CLASSIFICADOS NA ETAPA 2: ARGUIÇÃO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS ^{AC(1)}	VAGAS ^{PPP(2)}
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	12	06
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	02	02
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	09	04
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	14	06
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	04	03
TOTAL	41	21

Fonte: FAGED/UFBA, 2023, p. 15.

Para essa seleção, em 2023, de acordo com as informações retiradas do edital, foram 171 inscrições homologadas. Já o resultado da análise do anteprojeto foram 72 pessoas classificadas e na fase de arguição foram 43, sendo aprovados/as os/as 43 candidatos/as no processo; desse total, 14 foram aprovados/as através das vagas reservadas para PPP. Na etapa de homologação das inscrições não foi informado sobre a inscrição daqueles que optaram a concorrer pela reserva de vagas, aparecendo apenas na fase de arguição. Sobre o gênero, não obtivemos informações no edital (FAGED/UFBA, 2023).

Dando continuidade às análises dos editais e o preenchimento das vagas, o edital de nº. 04, de 16/08/2022 referente a seleção de candidatos(as) para os cursos

de mestrado e doutorado para ingresso em 2023.1 do programa de pós-graduação em educação disponibilizou 42 vagas, conforme a tabela 2, disponível abaixo:

Tabela 2 – Disponibilidade de vagas por etapa no mestrado (Edital 04/2022 do PPGE/UFBA)

CLASSIFICADOS NA ETAPA 1: ANÁLISE DE ANTEPROJETO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS AC ⁽¹⁾	VAGAS PPP ⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	11	05
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	07	03
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	07	03
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	18	08
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	15	07
TOTAL	58	26

CLASSIFICADOS NA ETAPA 2: ARGUIÇÃO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS AC ⁽¹⁾	VAGAS PPP ⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	05	03
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	03	02
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	03	02
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	09	04
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	07	04
TOTAL	27	15

Fonte: FAGED/UFBA, 2022, p. 14.

Foram homologadas 115 inscrições, distribuídas nas cinco linhas de pesquisas, na primeira etapa (análise de anteprojeto) tiveram 47 classificados/as, sendo 21 PPP, e na segunda etapa (arguição) classificaram-se e foram aprovados/as 37, sendo 15 referente a reserva para PPP (FAGED/UFBA, 2022). Nesse edital, a opção pelas reservas de vagas para PPP já aparece na classificação do anteprojeto, no entanto, não consta no edital informações sobre heteroidentificação, assim como, não encontramos nenhum tipo de convocação, diferente do previsto no edital anterior de nº 03/2021.

A disponibilidade de vagas previstas no edital de nº 03, de 13/09/2021 para ingresso em 2022.1 do programa de pós-graduação em educação, ofertava 51 vagas, conforme a tabela 3, disponível abaixo:

Tabela 3 - Disponibilidade de vagas por etapa no mestrado (Edital 03/2021 do PPGE/UFBA)

CLASSIFICADOS NA ETAPA 1: ANÁLISE DE ANTEPROJETO

RETIFICADO EM 17/09/2021

LINHA DE PESQUISA	VAGAS⁽¹⁾	VAGAS⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	09	05
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	06	03
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	08	04
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	16	07
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	14	06
TOTAL	53	25

CLASSIFICADOS NA ETAPA 2: ARGUIÇÃO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS⁽¹⁾	VAGAS⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	06	03
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	04	02
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	05	03
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	10	05
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	09	04
TOTAL	34	17

Fonte: FAGED/UFBA, 2021, p.14.

Com 191 inscrições homologadas, na etapa da análise do anteprojeto foram classificados/as 65 candidatos/as, 22 concorrendo na modalidade de reserva de vagas para PPP. Na etapa da arguição foram 46, desse total 15 foram pessoas pretas e pardas, sendo os mesmos aprovados/as (FAGED/UFBA, 2021).

No edital nº. 02, de 15/12/2020, referente a seleção para ingressar no curso de mestrado em 2021, percebemos uma diferença em relação aos demais editais

citados anteriormente no que se refere a isenção da taxa de inscrição. De acordo com o item 5.10, os(as) candidato(as) poderão requerer a isenção da taxa de inscrição comprovando inscrição no Cadastro Social das Pessoas Carentes do Governo - CadÚnico, ou Cadastro Geral ativo na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE). Igualmente Docentes e Técnicos-Administrativos da UFBA terão isenção de taxa mediante declaração do(a) Chefe do Departamento ou Diretor(a) da Unidade ou Órgão atestando o interesse institucional e a importância do curso para a atividade exercida pelo(a) servidor(a). Ou seja, não cita estudantes que cursaram o ensino médio completo em escola pública ou como bolsista integral em rede privada (FACED/UFBA, 2020).

Assim como no edital 03/2021, referente a arguição (item 9.1.1) consta que em razão das recomendações de isolamento social no contexto da pandemia de Covid19, as entrevistas de arguição seriam realizadas exclusivamente no ambiente virtual RNP-MConf, por videoconferência na Plataforma <https://conferenciaweb.rnp.br>, no período previsto no cronograma do processo seletivo (ver item 13), conforme horários divulgados e suas respectivas salas virtuais, com antecedência, no endereço: <http://www.pgedu.faced.ufba.br/>.

As vagas disponibilizadas para ingresso em 2021.1 foram apenas 38, conforme tabela 4, disponível na página seguinte.

Tabela 4 – Disponibilidade de vagas por etapa no mestrado (Edital 02/2020 do PPGE/UFBA)

CLASSIFICADOS NA ETAPA 1: ANÁLISE DE ANTEPROJETO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS AC ⁽¹⁾	VAGAS PPP ⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	15	08
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	05	03
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	12	06
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	06	03
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	00	00
TOTAL	38	20

CLASSIFICADOS NA ETAPA 2: ARGUIÇÃO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS AC ⁽¹⁾	VAGAS PPP ⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	10	05
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	03	02
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	08	04
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	04	02
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	00	00
TOTAL	25	13

Fonte: FAGED/UFBA, 2020, p. 14.

Dentre os editais analisados, esse foi o que teve mais inscrições homologadas, totalizando 321, sendo o maior quantitativo na linha de pesquisa Educação e Diversidade, com 137 inscrições. Na fase de análise do anteprojeto foram classificados/as 58 candidatos/as, 28 para a reserva de vagas de pessoas pretas e pardas (PPP). Na etapa da arguição foram 29 classificados/as e aprovados/as e desse total 11 foram PPP (FAGED/UFBA, 2020).

No edital nº. 04, de 26/08/2019 a seleção de candidatos para os cursos de mestrado para ingresso em 2020 do programa de pós-graduação em educação foi

composta por três etapas, de acordo com o item 3.6.1. A seleção para o curso de Mestrado apresentou as seguintes etapas: Etapa 1: Prova Escrita (eliminatória e classificatória); Etapa 2: Análise de Anteprojeto (eliminatória e classificatória) e Etapa 3: Arguição (eliminatória e classificatória). Foram ofertadas 65 vagas, conforme recorte a seguir:

Tabela 5 – Disponibilidade de vagas por etapa no mestrado (Edital 04/2019 do PPGE/UFBA)

CLASSIFICADOS NA ETAPA 1: PROVA ESCRITA

LINHA DE PESQUISA	VAGAS AC ⁽¹⁾	VAGAS PPP ⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	21	09
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	14	06
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	15	07
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	28	12
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	12	06
TOTAL	90	40

CLASSIFICADOS NA ETAPA 2: ANÁLISE DE ANTEPROJETO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS AC ⁽¹⁾	VAGAS PPP ⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	16	07
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	10	05
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	11	06
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	21	09
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	09	05
TOTAL	67	32

CLASSIFICADOS NA ETAPA 3: ARGUIÇÃO

LINHA DE PESQUISA	VAGAS AC ⁽¹⁾	VAGAS PPP ⁽²⁾
CURRÍCULO E (IN)FORMAÇÃO	10	05
EDUCAÇÃO CULTURA CORPORAL E LAZER	07	03
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	07	04
LINGUAGEM, SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA	14	06
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	06	03
TOTAL	43	22

Fonte: FAGED/UFBA, 2019, p. 13.

Foram homologadas 177 inscrições, classificados/as na prova 97 candidatos/as das vagas para brasileiros e estrangeiros com visto permanente; no anteprojeto classificaram-se 74, sendo 28 optantes pelas reservas para negros. Por fim, na arguição foram aprovados/as 40, sendo 15 optantes pela reserva de vagas

para PPP (FACED/UFBA, 2019). No edital, não constam informações sobre a possibilidade de solicitar a isenção da taxa de inscrição, como nos demais anteriores.

Finalizando, apresentaremos informações em relação ao edital de **nº. 03, de 12/09/2018** referente a seleção para o PPGE/UFBA. Assim como o edital citado anteriormente, a seleção para o ingresso em 2019 também foi composta por três etapas: prova escrita (eliminatória), análise de anteprojeto e currículo *lattes* (eliminatória) e arguição. De todos editais mencionados nessa seção, esse foi o único que considerou a análise de currículo *lattes* integrando a seleção, sendo de caráter eliminatório, o item 7.3.1. aponta os critérios de avaliação do currículo *lattes*: produção acadêmica relacionada à temática do anteprojeto proposto e/ou à linha de pesquisa; experiência profissional e científica na área da Educação (FACED/UFBA, 2018).

O edital de nº 03/2018 também não apresentou informações sobre a possibilidade de isenção na taxa de inscrição além de ser o único em que não foi especificado a quantidade de vagas de acordo com a linha de pesquisa, assim como as reservadas para pessoas negras, apresentando apenas a disponibilidade de 42 vagas para brasileiros, conforme item 3.1.3.1. Com tudo, no item 4.2. informa que, do total de vagas ofertadas, serão asseguradas, no mínimo, 30% para autodeclarados negros (pretos e pardos) que optarem, em campo específico da inscrição, para a modalidade de reserva (resolução 01/2017 do Conselho Acadêmico de Ensino) (FACED/UFBA, 2018).

Foram homologadas 202 inscrições, na prova escrita foram aprovados/as 84. Na relação de candidatos(as) aprovados(as) nas etapas da análise de anteprojeto e currículo *lattes* constam 47. Os/as aprovados/as nesse edital foram 29 pessoas, no entanto, em nenhuma das listas com resultados foram encontradas informações a respeito das aprovações em relação às vagas reservadas para negros.

Concluindo as análises referentes aos editais e os seus resultados presentes nesse tópico, identificamos que constam os detalhamentos de forma objetiva de todo o processo de seleção, desde a homologação das inscrições até o resultado final das pessoas selecionadas. É importante se atentar para as etapas de seleção, os documentos necessários e atender aos prazos, dedicando um tempo para uma

leitura atenta para que se possa cumprir todas as exigências estabelecidas nos editais.

Percebemos algumas diferenças em relação aos editais, como por exemplo, a variação na média para aprovação, em alguns editais eram 7,0 e em outros 5,0; o número de vagas ofertadas também variavam, de acordo com a disponibilidade. Houve diferenças também nas questões relacionadas à isenção da taxa de inscrição, assim como nas etapas de seleção. Outro dado importante é sobre a heteroidentificação, que só vem aparecer no edital de 2023 e a ausência de informações quanto às aprovações de pessoas pretas e pardas no edital 03/2018, o que não permitiu identificamos o quantitativo de pessoas optantes pela reserva de vagas aprovadas neste ano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada ao longo desta monografia teve como objetivo geral analisar o processo de seleção para o ingresso de mulheres negras no programa de mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia no período de 2018 a 2023. Os resultados são fundamentais para uma compreensão do cenário em torno da presença de mulheres negras em espaços de escolarização de nível superior e, especificamente, na pós-graduação e podem servir como base para futuras investigações. Ressaltamos que a presente pesquisa traz apenas uma pequena dimensão sobre o tema, o ingresso. Outras dimensões a serem abordadas são a permanência, as temáticas de estudos dessas mulheres negras nos programas de pós-graduação, a inserção no mercado de trabalho e o legado histórico que gerações de mulheres negras deixaram ao passar por esses espaços acadêmicos. Contudo, a pesquisa busca apresentar contribuições relevantes para o debate e oferecer reflexões sobre a temática da educação de mulheres negras.

No primeiro momento buscamos mostrar a realidade das mulheres negras na educação. Levando em consideração a incapacidade de englobar a totalidade, listamos apenas alguns nomes que apresentam representatividade para o tema e outros que são significativos para o campo de pesquisa: a Faculdade de Educação da UFBA. Apontamos os desafios nessa trajetória, os limites socialmente impostos que podem dificultar os objetivos e os múltiplos eixos de opressão que giram em torno das mulheres negras. Contudo, buscamos também evidenciar as contribuições de mulheres negras e sua importância na educação, além de mostrar as posições de destaque que essas mulheres ocupam na sociedade, mesmo tendo acessos a direitos negados.

Na segunda seção, demonstramos que as mulheres negras, embora com todas as dificuldades, conseguem atingir níveis mais elevados de escolarização, como por exemplo, acessando os cursos de mestrado, extrapolando as barreiras impostas e desafiando as estruturas que as privaram por muitos anos da educação formal. Dar visibilidade a essas mulheres e tratar de assuntos relacionados à raça,

classe e gênero se faz importante a todo momento, visto que a luta é constante e que é preciso continuar na batalha, assim como, incentivar outras mulheres a pleitearem uma sociedade mais igualitária.

Na última seção, nos propusemos a apurar o cenário referente ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e traçar um panorama sobre o processo seletivo, tomando como base os editais publicados no período de 2018 a 2023, buscando entender como funciona o processo e a relação de raça e gênero.

Durante o período mencionado foram disponibilizadas um total de 258 vagas (para brasileiros e estrangeiros com visto permanente) para o PPGE/UFBA, tendo 1.177 inscrições homologadas. Sobre as inscrições, não conseguimos identificar quantas pessoas se inscreveram para concorrer pelas cotas reservadas para pessoas pretas ou pardas. Não há dados disponíveis no site para uma análise mais detalhada no que se refere à procura por parte desse público para o curso de mestrado, pois, ao divulgarem as inscrições homologadas, não informam questões relacionadas à raça, aparecendo apenas em algumas fases da seleção.

Quanto às questões relacionadas ao gênero, não obtivemos nenhuma informação no site do PPGE/UFBA¹¹, tornando incipiente os dados para aprofundarmos a investigação sobre o quantitativo de mulheres negras que conseguiram ingressar no PPGE/UFBA, levando em consideração os editais para alunos regulares no período de 2018 a 2023; conseqüentemente nos impede de fazermos um comparativo sobre as mulheres negras que buscam o mestrado e as que são selecionadas para adentrar esse espaço acadêmico que embora seja desafiador, consiste em um espaço de afirmação.

Percebemos que a falta de dados sobre a raça e o gênero acaba dificultando a análise do perfil dos/as ingressantes no curso de mestrado em educação da FAGED e estudos mais aprofundados, pois há também a possibilidade de pessoas negras ingressarem no programa sem optar pela reserva de vagas. Diante disso, ressaltamos a importância da coleta desses dados e da divulgação dessas

¹¹ Ressaltamos que buscamos os dados no site do PPGE/UFBA, por ser a forma imediatamente disponível, levando em consideração que outras alternativas de obtenção dos dados se mostraram muito demoradas.

informações, que podem auxiliar no desenvolvimento de estudos nessa área, assim como, contribuir para a evolução das ações afirmativas e demais políticas públicas.

O que podemos concluir, com base nos documentos disponíveis no site do programa, é que há uma reserva de vagas de no mínimo trinta por cento para pessoas pretas e pardas e que esse grupo tem ingressado no PPGE/UFBA através das vagas reservadas, demonstrando a importância das ações afirmativas e das cotas raciais. O número de pessoas pretas e pardas optante pela reserva aprovadas para ingressar no PPGE/UFBA nos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 totalizaram um quantitativo de 15, 11, 15, 15 e 14 pessoas respectivamente, como informado na quarta seção desta monografia, referente aos ingressantes no ano de 2019, não constam informações quanto à opção pelas cotas. Todavia, não podemos inferir que esses são os totais de pessoas pretas e pardas que ingressaram no programa nos anos citados acima. O número pode ser ainda maior, visto que, uma pessoa negra também pode participar da seleção concorrendo em outra modalidade que não seja pelas vagas reservadas para pessoas pretas e pardas. Além disso, o programa oferta vagas para estrangeiros e supranumerárias¹².

As desvantagens que giram em torno das mulheres negras começam desde a sua infância, perpassando por diversos estágios. Podemos perceber diferenças no que diz respeito a educação básica; nos recursos disponíveis; na falta de apoio, de incentivo e direcionamento; culminado em uma trajetória educacional com maiores dificuldades, estreitando os caminhos para alcançar níveis de escolarização mais elevados, assim como títulos acadêmicos.

Entretanto, mulheres negras, têm superado obstáculos constituídos historicamente, desafiando barreiras e se afirmando em novos espaços. Através de muita luta têm conquistado direitos negados, possibilitando abertura de novos caminhos. Assim sendo, não podemos deixar de expressar os nossos sinceros agradecimentos a todas as mulheres que lutaram e continuam lutando por um mundo mais justo, pois mesmo diante do enfrentamento de múltiplas formas de opressão, têm sido protagonistas de novas narrativas, tendo em vista como se constituiu a histórias das mulheres negras em nossa sociedade.

¹² As vagas supranumerárias são até 06 por seleção, sendo elas: Indígenas: 01; Quilombolas: 01; Pessoas com deficiência: 01; Pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis): 01; Imigrante ou refugiado em situação de vulnerabilidade: 01; Servidor técnico administrativo em educação da UFBA: 01.

Dessa forma, salientamos a relevância do resgate da história, assim como a relevância de evidenciar a presença de mulheres negras no programa de mestrado em Educação da UFBA, como por exemplo, o resgate da memória da atuação de Vanda Machado, Ana Celia da Silva, Lourdinha e outras mulheres negras que fizeram parte do programa, ressaltando as suas contribuições no campo educacional.

Por fim, esperamos que em um futuro não tão distante, os cursos de pós-graduação *strictu sensu* se tornem tão comuns que não tenhamos a necessidade de destacar alguns dados para inspirar e que, mais do que analisar os nossos estereótipos, a sociedade entenda de uma vez por todas que o fato de sermos mulheres negras e de classe menos favorecidas não nos deve colocar em posição de inferioridade, pois, continuaremos resistindo e traçando novos caminhos.

REFERÊNCIAS

Literatura consultada

Almeida Júnior, A. et al.. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 162–173, set. 2005.

Adichie, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Ted Talk: Companhia das Letras, 2009.

Akotirene, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

Brasil. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm . Acesso em: 25 ago. 2024.

Brasil. **Manual Orientador sobre Diversidade**. Brasília: Ministérios dos Direitos Humanos, 2018.

Brasil. **Lei n. 14.611, de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho. aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 3 jul. de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

Brasil. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

Britto, L. PNAD Contínua. **Proporção de jovens de 6 a 14 anos no ensino fundamental cai pelo terceiro ano**, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/notici>

[as/39530-proporcao-de-jovens-de-6-a-14-anos-no-ensino-fundamental-cai-pelo-terceiro-ano](#). Acesso em 31 jan. 2025.

Cabral, U. Estatísticas de gênero. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza**, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em 31 jan. 2025

Cal, Tanesca Santana. **O lugar da mulher negra nas ciências**: implementação das ações afirmativas na Pós Graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA). 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35131>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Campos, A. **Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/mulheres-negras-recebem-48-do-que-ganham-homens-brancos>. Acesso em 31 jan. 2025.

Cardoso, Ivanilda Amado. **Intelectuais insurgentes no campo da formação de professores/as**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13531>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Damascena, Quécia Silva. **Educação decolonial, corpos e memórias no tempo presente**: encruzilhadas formativas no Museu Afro Brasileiro – UFBA. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33056>. Acesso em: 22 fev. 2025.

Davis, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACED/UFBA. **13º Manifesto**: 40 anos de FACED/UFBA, 2009. Disponível em: <https://faced.ufba.br/administracao/manifestos/13o-manifesto-40-anos-de-facedufba>. Acesso em: 2 fev. 2025.

TRE-BA. **Candidatas eleitas são minoria em prefeituras e câmaras de vereadores**, 2024. Disponível em: <https://www.treba.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Outubro/candidatas-eleitas-sao-minoria-em-prefeituras-e-camaras-de-vereadores>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Figueiredo, Ângela. **Gênero**: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. Salvador: Edufba, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/3tqqd/pdf/pinho-9788523212254.pdf#page=233>. Acesso em: 02 jan. 2025.

Gonçalves, Liliane Flores de Freitas. 2023. **Políticas de ação afirmativa e as mulheres negras na Pós-Graduação e na pesquisa universitária**: um estudo de caso interseccional da UFRJ, UFBA E UFMG. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto Latino-Americano De Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-americana, 2023 Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/779cf72d-0ca4-42e4-afa4-090dd60a5194>. Acesso em: 3 fev. 2025.

Gomes, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero**: relações imersas na alteridade. Relações Imersas na Alteridade: Cadernos Pagu, 1996.

Gonzalez, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Luz, Madel T. (org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 87-106.

Gonzalez, Lélia. Mulher negra. In: 1985 and Beyond: A National Conference, 1984, Baltimore. **Anais**. Baltimore: Morgan State University 1984. Disponível em: https://ewe.branchable.com/index/LIVROTEKA_PRETA/Le_769_lia_Gonzalez_-_Mulher_Negra.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

Jesus, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012.

Leal, Z. F. R. G.; Facci, M. G. D. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In: Leal, Z.R.F.G.; Facci, M. G. D.; Souza, M. P. R. (Orgs.). **In: Adolescência em foco**: contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá: Eduem, 2014.

Lira, P. L. A escrita revolucionária de Maria Firmina dos Reis – a mina! . **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 297–313, 2022. DOI: 10.23925/ls.v26i49.62436. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/62436>. Acesso em: 4 jan. 2025.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

Nery, C. **Censo 2022**: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem, 2024. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-d-esigualdades-persistem>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Silva, Daiana da; Luciano, Christiane dos Santos. Antonieta de Barros e a educação como estratégia antirracista. **Lutas Sociais**, [S.L.], v. 26, n. 49, p. 284-296, 31 dez. 2022. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). <http://dx.doi.org/10.23925/ls.v26i49.62431>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/62431/42547>. Acesso em: 04 jan. 2025.

Sotero, Edilza Correia (Brasil) (ed.). **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro**: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. Dossiê mulheres negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013, p. 35-52. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%
c3%aa_mulheres_negras-retrato_das_condi%
c3%a7%c3%b5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%c3%aa_mulheres_negras-retrato_das_condi%c3%a7%c3%b5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil). Acesso em: 09 ago. 2024.

TED. **The urgency of intersectionality**: Kimberlee Crenshaw. YouTube, 7 dez. De 2016. Duração 18:49. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=akOe5-UsQ2o>. Acesso em: 1 fev. 2025.

TV UFBA. **TV UFBA na íntegra HD**: Angela Davis - Conferência Completa em Alta Definição. YouTube, 20 de set. de 2017. Duração: 2:10:02. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waCyuZZap9I>. Acesso em: 01/02/2025.

UFBA. **Reitores**, 2024?. Disponível em: <https://www.ufba.br/reitores>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Viana, Nathalia Conceição. Aprendendo a transgredir: experiências de mulheres negras no acesso a pós-graduação stricto sensu no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/20552/2/Disserta%
c3%a7%c3%a3o%20-%20Natalia%20Viana%20-%202022%20-%20Completa.pdf](https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/20552/2/Disserta%
c3%a7%c3%a3o%20-%20Natalia%20Viana%20-%202022%20-%20Completa.pdf). Acesso em: 2 fev. 2025.

Currículos *lattes*

Franco, Nanci Helena Rebouças. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 29 nov. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6668613131852037>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Silva, Ana Clecia da. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 15 jul. 2017. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7501565836028985>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Silva, Vanda Machado. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 16 out. 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0742459542354208>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Siqueira, Maria de Lourdes. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 28 jun. 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0537392766694036>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Sotero, Edilza Correia. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 16 out. 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8287804054596501>. Acesso em: 1 fev. 2025.

Editais do PPGE/UFBA

FACED/UFBA. **Seleção de candidatos(as) para os cursos de mestrado e doutorado para ingresso em 2019.1 do Programa de Pós-graduação em Educação.** Edital nº 3 de 12/09/2018. Disponível em: https://pgedu.faced.ufba.br/sites/pgedu.faced.ufba.br/files/edital_no_03_ppge_2019.1_0.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

FACED/UFBA. **Seleção de candidatos(as) para os cursos de mestrado e doutorado para ingresso em 2020.1 do Programa de Pós-graduação em Educação.** Edital nº 4 de 26/08/2019. Disponível em: https://pgedu.faced.ufba.br/sites/pgedu.faced.ufba.br/files/edital_ppge_2020.1.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

FACED/UFBA. **Seleção de candidatos(as) para os cursos de mestrado e doutorado para ingresso em 2021.1 do Programa de Pós-graduação em Educação.** Edital nº 2 de 15/12/2020. Disponível em: https://pgedu.faced.ufba.br/sites/pgedu.faced.ufba.br/files/edital_ppge_2021.1-2-versaofinal-15-12-2020-retificado-12-02.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

FACED/UFBA. **Seleção de candidatos(as) para os cursos de mestrado e doutorado para ingresso em 2022.1 do Programa de Pós-graduação em Educação.** Edital nº 3 de 13/09/2021. Disponível em: https://pgedu.faced.ufba.br/sites/pgedu.faced.ufba.br/files/edital_retificado_04_10_21.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

FACED/UFBA. **Seleção de candidatos(as) para os cursos de mestrado e doutorado para ingresso em 2023.1 do Programa de Pós-graduação em Educação.** Edital nº 4 de 16/08/2022. Disponível em: https://pgedu.faced.ufba.br/sites/pgedu.faced.ufba.br/files/edital_04_2022_26_08_22_0.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

FACED/UFBA. **Seleção de candidatos(as) para os cursos de mestrado e doutorado para ingresso em 2024.1 do Programa de Pós-graduação em Educação.** Edital nº 7 de 29/08/2023. Disponível em: https://pgedu.faced.ufba.br/sites/pgedu.faced.ufba.br/files/edital_07_2024.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.